

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010 / 2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

Estratégia Nacional de Defesa do Brasil: situação atual e avanços necessários à formulação do Conceito Estratégico Nacional

Eduardo Xavier Ferreira Migon
Major de Cavalaria
Exército Brasileiro



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL:
situação atual e avanços necessários à formulação do conceito
estratégico nacional**

**Eduardo Xavier Ferreira Migon
Major de Cavalaria – Exército Brasileiro**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto.

Lisboa – 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL:
situação atual e avanços necessários à formulação do Conceito
Estratégico Nacional**

**Eduardo Xavier Ferreira Migon
Major de Cavalaria – Exército Brasileiro**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto.

Orientador:

Tenente Coronel FAP António Luís Beja EUGÉNIO

Lisboa – 2011



Agradecimentos

Este trabalho é, metaforicamente, uma das fases finais de uma longa “Campanha Militar”. As primeiras “batalhas”, em 2006/2007, foram no âmbito do Curso Preparatório ao Curso de Altos Estudos Militares e do Concurso de Admissão à Escola de Estado-Maior do Exército (Brasil). O ápice dos combates, em 2008/2009, foi na Praia Vermelha, onde a complexidade do Curso de Estado-Maior se agravou devido à condicionante pessoal de trabalhar no Rio de Janeiro e haver fixado residência em São Paulo. Após breve “pausa operacional”, junto ao Comando da 2ª Divisão de Exército, retomei a impulsão, com o deslocamento da frente de operações para Lisboa e a mudança de “operações conjuntas” para “operações combinadas”. No horizonte, quiçá a última batalha desta longa caminhada, a defesa do doutoramento em Ciências Militares, agendada para agosto próximo, encerrando um ciclo de cerca de cinco anos de estudos intensos. Assim sendo, os agradecimentos aqui expressos, em virtude do espaço disponível, são o reconhecimento tão-somente àqueles que contribuíram para o êxito do presente trabalho, sabendo os inúmeros outros colaboradores da “longa marcha” que estarão sempre no “meu coração e na minha mente”.

Inicialmente, agradeço ao senhor Capitão de Mar e Guerra João José MAIA MARTINS pelo profissionalismo e *savoir faire* com que liderou o Curso de Estado-Maior Conjunto 2010/2011, legando-me exemplo que transcende os bancos escolares e que tomo como sinónimo dos mais elevados padrões da Armada portuguesa. Na qualidade de Diretor de Curso, foi o principal enlace com a Instituição, facilitando minha inserção profissional junto à esta casa de excelência do Ensino Superior Militar português.

Agradeço ao Tenente Coronel António Luís Beja EUGÉNIO que, na qualidade de Orientador e Professor, auxiliou no aprofundamento das questões académicas relacionadas com o pensamento estratégico. As fontes de consulta sugeridas, as ideias contrapostas, as explanações em sala, as anotações às margens dos textos e as orientações proporcionadas foram mais-valias que em muito contribuíram.

Aos meus companheiros de curso, anoto meu apreço pelos momentos diários de camaradagem. Foi enriquecedor e gratificante, pessoal e profissionalmente, o convívio com cada um de vocês, Soldados de Mar, Terra e Ar, de Portugal, Argélia e Moçambique.



No âmbito do “Grupo de Trabalho - 5” – ARSÉNIO, BARREIRA, PAULINO, GAPO – acrescento meu muito obrigado pela colaboração irrestrita em todos os assuntos, desde as “famigeradas revisões” de português até a amizade com que me receberam.

Para os meus camaradas de Cavalaria – PATRÍCIO, SERRANO, SOUZA E COELHO – deixo, como lembrança e agradecimento quanto ao convívio, tão-somente o desejo de que “nossos estribos se choquem em cavalgadas futuras, pois assim estará selada a nossa amizade”.

Paulo e Catarina, os momentos de convívio e a amizade de vocês me permitiram uma visão muito melhor de Portugal e do povo português. Mais que isso, e gostaria que soubessem, os passeios e os sorrisos do Henrique foram fundamentais a amenizar as minhas saudades decorrentes da distância do meu filho Guilherme, que no Brasil permaneceu.

Isabella, que confusão, não?! Um dia o telefone tocou, e quase nada depois, quem imaginaria, Perdizes virou Restelo! Bem, eu sei que as mudanças foram súbitas, intensas, complexas e, mesmo, difíceis, tanto profissional quanto pessoalmente. Apenas espero, que tenha valido a pena.

A todos, o meu profundo agradecimento. Que bem hajam.



Índice

Agradecimentos	ii
Índice	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Palavras-chave	vii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos	viii
Introdução.....	1
1. Metodologia	3
a. Investigação: relevância e enunciado	3
b. Base Conceptual (pressupostos teóricos)	4
c. Objeto de Estudo: Delimitação e Objetivos	6
d. Questões e Métodos	7
2. Poder	9
a. Poder e Geopolítica	10
b. Poder e Multilateralismo	12
c. Ação conjunta: o “poder inteligente”	15
d. Conclusão parcial	17
3. Segurança & Defesa: alguns pressupostos.....	19
a. Formação da Nacionalidade	19
b. Sociedade e a agenda de S&D.....	20
c. Integração regional.....	21
d. Uma visão militar	21
e. Conclusão parcial	25
4. Segurança Nacional	27
a. Geopolítica e Pensamento Estratégico Brasileiro	27
b. Segurança Nacional.....	29
c. Conclusão parcial	32
5. Estratégia Nacional de Defesa	33
a. Enquadramento conceptual	33
b. A END propriamente dita	35
c. Sugestões.....	38
d. Conclusão parcial	39
Conclusão	40
Referências Bibliográficas.....	43



Resumo

O presente documento analisa a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, considerando a interdependência da mesma com o espaço estratégico delimitado pela América do Sul e Atlântico Sul e com a Política Externa e Política de Defesa brasileiras. A investigação é de ordem qualitativa, priorizando a confrontação da teoria estruturante com o objeto de estudo, a fim de deduzir sugestões de aperfeiçoamento. Na delimitação dos pressupostos teóricos foram priorizados autores clássicos e uma visão interdisciplinar, construída com apoio da Sociologia, Filosofia, Ciência Política, Relações Internacionais e, obviamente, Ciências Militares. Na construção do modelo de análise houve contribuição de elementos da Teoria do Poder, tanto sob a ótica do potencial de poder, associada à visão realista da sociedade internacional, quanto sob o ângulo da gênese do poder. A evolução do pensamento nacional na área de Segurança e Defesa é exposta à luz da autonomia de pensamento tanto da Escola Geopolítica brasileira quanto do modelo de inserção internacional adotado, o Multilateralismo. A aplicação dos conceitos teóricos à realidade brasileira é particularizado através da apresentação de aspectos históricos da formação da nacionalidade e da caracterização do pensamento militar associado ao tema. Como principais conclusões emergem as relacionadas com o aumento da dimensão político e estratégica do país, com o insuficiente consenso entre as políticas das pastas da Defesa e das Relações Exteriores, com a situação peculiar de uma estratégia que também apresenta opções políticas. Apresenta-se, em tópico próprio e nas conclusões, elementos de aperfeiçoamento metodológico e de conteúdo em relação ao documento analisado.



Abstract

This paper examines the Brazilian National Defense Strategy, considering the interdependence of it and the strategic border area of South America and South Atlantic and the Foreign Policy and National Defense Policy. The research is qualitative, emphasising theory and object confrontation, in order to produce consistent analysis and suggestions for improvement. The theoretical assumptions prioritizes classic authors and multidisciplinary approach, with the support of Military Sociology, Philosophy, Political Science, International Relations and, obviously, Military Sciences. The analysis' model are built with contributions from the Theory of Power, including viewpoint of classical power potential advocates, usually associated with the realist view of international society, and genesis of power thinkers, like Hannah Arendt. The evolution of Brazilian Security and Defense understanding is exposed considering the autonomy of Brazilian Geopolitics School and Brazilian independent approach to international insertion, the Brazilian Multilateralism. The application of theory and the model to Brazilian reality is particularized through the presentation of historical aspects of the nationality evolution in association with military point of view about this theme. The main conclusions are related with the increase of political and strategic dimension of the country, the insufficient political consensus among Department of Defense and Foreign Affairs structure and the peculiar situation of a strategy that also presents policy options. It is presented in specific topic and in conclusions part, elements of content and methodological improvement to Brazilian Strategy.



Palavras-chave

Brasil

Estratégia Nacional

Segurança

Política externa

Política de Defesa



Lista de Abreviaturas e Acrónimos

B

- BIBLIEX Biblioteca do Exército Editora
BRICS Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (*South Africa*)

C

- CDS Conselho de Defesa Sul-americano
CEBRI Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CEN Conceito Estratégico Nacional
CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

E

- END Estratégia Nacional de Defesa
EUA Estados Unidos da América

F

- FA Forças Armadas
FHC Fernando Henrique Cardoso

I

- IBAS Índia, Brasil e África do Sul

M

- MD Ministério da Defesa
Mercosul Mercado Comum do Sul

O

- ONU Organização das Nações Unidas

P

- PDN Política de Defesa Nacional
PEB Política Externa Brasileira

S

- S&D Segurança & Defesa

U

- UE União Europeia
UNASUL União das Nações Sul-americanas



Introdução¹

A realidade mundial contemporânea é caracterizada por múltiplas transformações, as quais são tanto abrangentes quanto aceleradas, condicionando os atores internacionais a significativo exercício prospetivo. O sistema internacional vem sendo palco de tensões e reordenamentos quanto aos centros de poder e governança global, cuja instabilidade decorrente é potencializada pelo ingresso de novos atores, muitos dos quais não estatais. À conflitualidade internacional clássica, somam-se novas ameaças, demandando das lideranças nacionais esforço continuado de análise e percepção. Políticos, militares, académicos e formuladores de políticas públicas se defrontam com a necessidade de buscar novos marcos teóricos e práticos, a permitir melhor entendimento e resposta ao desafio clássico de assegurar Segurança às sociedades a que servem.

A realidade brasileira é ainda mais complexa, somando ao ambiente externo mudanças relevantes no plano interno, o que leva ao entendimento das questões de Segurança & Defesa² (S&D) sob paradigma próprio. Se no final do século passado o Brasil era associado ao rol dos países “em desenvolvimento”, rótulo que por si só enclausurava a inserção internacional no âmbito dos próprios limites territoriais, ou quando muito no entorno subcontinental, no presente tem-se que o país é, inquestionavelmente, um *global player*. Considerando-se que as variáveis decorrentes da fisiografia e inserção territorial são relativamente perenes, tem-se que a mudança da estatura geopolítica nacional se apoiou em elementos de natureza política, económica e social, o que se deu, em especial, a partir das opções de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Como consequência da maior e mais intensa inserção brasileira nos diferentes espaços mundiais, surge a oportunidade de atualização do pensamento estratégico nacional, fornecendo novos subsídios para assessoramento dos níveis político e estratégico quanto às

¹ Redação conforme o “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” (Portugal, 2010a e 1991) e “Normas para Trabalhos de Investigação” (Portugal, 2010b)

² Os termos não são sinónimos. No idioma português, consequência de experiências políticas internas relativamente recentes, em Portugal e no Brasil, as palavras são empregadas com conotação própria, diferenciada do conceitualmente equivalente em inglês e espanhol. Há todo um esforço linguístico (discurso) para, em síntese, *afastar os militares das ações internas*. Neste trabalho, Segurança é um constructo abrangente e relacionado com a percepção que indivíduos, sociedades e entes estatais têm acerca do seu próprio bem-estar e dos riscos que podem afetar o mesmo. Enquanto Defesa relaciona-se de forma mais objetiva e prática com as medidas concretas para dissuadir, prevenir, mitigar e reagir às ameaças, concretas ou potenciais, que venham a ofender a sensação anteriormente referida. O emprego associado, S&D, surge na medida em que são potencialmente complementares. Ressalva-se que nos documentos do Estado brasileiro, gerando influência em inúmeros trabalhos académicos, emprega-se “Defesa” mesmo quando a intenção é referir-se a “Segurança”.



questões de S&D do país. Sentindo tal necessidade, o Governo brasileiro vem ampliando a atenção sobre o assunto, a exemplo da estruturação de um Ministério da Defesa (Brasil, 2007a), em 1999, e redimensionamento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (Brasil, 2007b). Da mesma forma, pontualmente, começa a surgir algum debate sobre o assunto no âmbito do Poder Legislativo (Rebello & Fernandes, 2003; e Rebello, Fernandes & Cardim, 2002).

Assim sendo, o objeto do presente trabalho foi investigar o pensamento estratégico brasileiro através da análise da Estratégia Nacional de Defesa (END) (Brasil, 2008a), de forma a caracterizar-se a situação atual e inferir perspectivas para o futuro desta que é, conceptualmente, uma política pública de longo prazo. Para melhor sistematização a presente comunicação de resultados está estruturada em cinco capítulos, após aos quais se apresenta breve conclusão. Inicialmente, expõe-se a metodologia, dando a conhecer os pressupostos teóricos, as questões estruturantes e o percurso instrumental seguido. Na sequência, apresenta-se as tendências contemporâneas no âmbito da Teoria do Poder. O terceiro capítulo traz os principais pressupostos teóricos quanto à S&D no contexto brasileiro, sendo seguido pela discussão das teorias que conformam o pensamento estratégico nacional. O capítulo final analisa a END propriamente dita, caracterizando seu corpo conceptual para, a seguir, propor aperfeiçoamentos. Todos os capítulos apresentam breve conclusão parcial, as quais não se confundem com a conclusão do documento, que consolida as respostas às questões investigadas.



1. Metodologia³

A Defesa Nacional é um tema controverso, desde que, obviamente, seja reconhecido como tema, o que nem sempre acontece. (Oliveira & Leça, 2007: 8)

a. Investigação: relevância e enunciado

A função S&D é inerente à própria gênese do Estado-Nação, na medida em que é através de tal capacidade setorial que este se mantém enquanto entidade política autónoma no contexto internacional. Portanto, não apenas é temática associada às mais altas esferas decisórias como, sendo um dos últimos baluartes da soberania, em síntese, é a função que se ocupa da questão da guerra, enquanto fenómeno político e militar (Reale, 1991, *s. p.*). Por outro lado, ainda mais em um país continental e com enormes parcelas populacionais ainda a serem socialmente incluídas, a atividade S&D deve ser dimensionada em acordo com o binómio necessidade *versus* possibilidade, de forma que os custos da mesma não a tornem inconsistente com a outra atividade estatal essencial, que é a promoção do bem-estar de seus cidadãos.

Relevante, enquanto política de Estado⁴, todavia trata-se de tema pouco investigado no Brasil. Em boa parte, tal decorre do histórico desapego das elites nacionais quanto ao tratamento sistematizado dos assuntos da área, o que faz com que a documentação estruturante seja recente, a exemplo da Política de Defesa Nacional (PDN) (Brasil, 2005 *et* 1996a). Ainda que muitos os alertas quanto ao longo tempo de maturação das políticas setoriais de Defesa e de que lapsos de desatenção geram ciclos de insegurança impossíveis de compensação, o tema não faz parte da agenda política nacional, sendo preterido pela prioridade eleitoral da agenda social (Cranford, 1994: 19; Santos, MHC, 2004: 36; e Monteiro, JV, 2007: 107-150).

A investigação proposta é útil ao Brasil e, potencialmente, a Portugal, na medida em que proporciona uma visão mais detalhada de um de seus parceiros estratégicos, favorecendo interações, a exemplo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do relacionamento no Atlântico Sul e, de forma mais abrangente, no âmbito da União Europeia (UE) – Mercado Comum do Sul (Mercosul⁵).

³ Em conformidade com a metodologia proposta por Quivy & Campenhoudt (2008), adotada no âmbito do Instituto de Estudos Superiores Militares.

⁴ Sobre o conceito de políticas de Estado *versus* políticas de governo, vide Almeida (PR, 2009a).

⁵ Uma visão prospetiva geral e um enquadramento relacionado a UE esta disponível em Basso *et al* (2007: 1-36, 337-444).



Assim sendo, como forma de aprofundar o referencial teórico disponível acerca do assunto, tanto no Brasil quanto em língua portuguesa, foi proposto o seguinte enunciado de investigação: “*A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil: situação atual e avanços necessários à formulação do Conceito Estratégico Nacional*”.

b. Base Conceptual (pressupostos teóricos)

Um dos marcos da importância da participação do Brasil nas discussões sobre Defesa decorre da própria expressão continental, combinada com a capacidade de articulação com os demais países sul-americanos, o que o torna o único ator capaz de promover a integração dos espaços geográficos, e estratégicos, conformados em torno da bacia do rio da Prata e da bacia do rio Amazonas (Brasil, 2001: 227-229). Mais além, a considerável área de inserção atlântica o acredita como elo articulador entre o espaço sul-americano, objeto de atenção primária e prioritária, e os continentes africano e europeu.

Há alguma discussão quanto ao papel, e protagonismo a desempenhar, dos diferentes atores que se ocupam (ou deveriam) da discussão dos temas de S&D. Sendo o Brasil um país de democratização recente, ainda há certa polarização do relacionamento entre civis e militares⁶. Alguns segmentos acadêmicos civis, a exemplo de Zaverucha (2005: 107-121, e 1998: 1-34), ainda consideram a questão do “controle civil” como a estruturar e, conseqüentemente, entendem a participação militar como inadequada à luz dos paradigmas de profissionalização das Forças Armadas (FA) propostos por Huntington (1957) e Janowitz (1960). Outra corrente, que progressivamente vem se conformando como majoritária, entende que este é assunto já consolidado e que, portanto, permite o avanço da agenda para novas perspectivas (Oliveira, ER, 2005: 115). Outra abordagem, a superar, é a que envolve a percepção negativa que os acadêmicos têm em relação às FA em geral, e Exército em particular (Castro, C, 2007: 1-5). Independente das dificuldades existentes, tem-se que a relevância em se investigar a temática de S&D no âmbito das FA decorre do papel político destas, enquanto *stakeholder* (Freeman, 1984) inserido na estrutura do Estado.

A presença das FA como ator relevante na vida nacional é de registo histórico e consensual, conforme a distância temporal dos comentários de Schwartzman (1982: 55) e Diamint (2000: 24) sinaliza. Trata-se tanto de consequência legal quanto fáctica, impossível de ser negada. Portanto, assume-se no âmbito deste trabalho que a questão é

⁶ Vide Saint-Pierre (2007) e colaboradores quanto à realidade de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai



mais bem apresentada em termos de quais os contributos que as FA podem trazer ao debate na área de S&D, e não discutindo-se quanto à pertinência ou não de participar da formulação política e estratégica do Estado brasileiro, o que depende muito mais do posicionamento ideológico de quem analisa do que dos fatos em si próprios.

Para maior clareza, frisa-se que são pressupostos associados, e não excludentes, a profissionalização e o papel institucional enquanto contribuintes à formulação das políticas públicas. Às FA profissionais, e portanto apolíticas no que concerne à questão partidária, assiste não apenas o dever, mas o direito de contribuir com a construção da política nacional de S&D, suas áreas centrais de atribuição constitucional. A linha de pensamento que se segue, portanto, é espelhada no modelo de profissionalização proposto para as FA brasileiras por Santos (M., 1991); no entendimento de que S&D é, ainda que muitas vezes negligenciada, uma política pública intrínseca do Estado (Oliveira, ER., 2006) e na compreensão da importância de inserção ativa no “desenho” da mesma, em especial nas fases de *percepção e definição de problemas* e no fomento à inserção de conteúdos na ação governamental (*agenda setting*), conforme modelo proposto, entre outros, por Frey (2000: 226-230) e Gelinski & Seibel (2008: 227-240), e como consequência da própria inserção das FA, por intermédio do Ministério da Defesa, no âmbito da estrutura superior do Estado brasileiro, situação clássica no contexto de democracias modernas.

Exposta conceptualmente a legitimidade e a relevância do debate dos assuntos de S&D no seio das FA, é necessário entender a razão de existência das mesmas no âmbito do Estado, o que, obviamente, condiciona a forma como atua. Da visão política da sociedade brasileira, conforme linha histórica que desde 1824 é mantida de forma continuada, estando expressa na atual Constituição (Brasil, 1988: Art. 142), extrai-se que as FA têm como missão a “Defesa da Pátria”, a “garantia dos Poderes Constitucionais” e, por iniciativa de quaisquer destes, a “garantia da lei e da ordem⁷”. Assim sendo, verifica-se a existência de uma questão transversal, isto é, as FA estão constituídas, em última análise, para cooperar com o *poder* do Estado⁸.

Todavia, se não há qualquer dúvida que a relação entre Estados Nações tem o poder como atributo central (Giddens, 2001: 12), por outro lado o conceito de poder não é consensual. No âmbito das Ciências Militares (Brasil, 2010a e 2000), sob influência de autores academicamente mais próximos das disciplinas Geopolítica e Estudos Estratégicos,

⁷ Diferentemente de Portugal, as FA brasileiras têm previsão de atuação no plano interno (Brasil, 1999a).

⁸ Usualmente emprega-se “Estado” para a unidade política nacional, e “estados” para designar os entes federativos internos, a exemplo de São Paulo, Paraná, Amazonas, etc.



em pensamento adotado pela Escola Superior de Guerra (Brasil, 2009a), há certa tendência de associação com a escola *realista* das Relações Internacionais e assumir-se poder como sendo algo objetivo, possível de ser calculado através de fórmulas e decorrente dos meios e recursos disponíveis no território. Outra visão, com forte impacto no setor diplomático brasileiro (Brasil, 2010b), associa poder com a capacidade de obter consenso entre diferentes perspectivas, o que leva ao diálogo como ferramenta prioritária das relações internacionais.

Mais recentemente, já se formula academicamente a hipótese de poder como constructo que associa tanto os meios objetivos quanto a inserção multilateral. Tal abordagem é potencialmente mais útil ao contexto caso brasileiro, tanto como opção mais ajustada a um país que aceleradamente adquire maior expressão internacionalmente quanto como opção harmoniosa para a reduzida convergência entre a política externa e a política de defesa, dilema que sugere a inexistência de pensamento consensualmente aceito no plano interno quanto ao assunto⁹.

c. **Objeto de Estudo: Delimitação e Objetivos**

A evolução cronológica do conceito de Defesa Nacional no Brasil pode ser encontrada em Marques (2001: 120-145), corroborando Hunter (1996: 1-9, 20-28, 32), no sentido de que trata-se de área fragilizada, em decorrência da instabilidade política que predominou ao longo do século passado, e, conseqüentemente, não apenas objeto de menor atenção das altas lideranças como motivo de desconfiança entre civis e militares, em cenário extensível a toda a América Latina.

No âmbito da presente investigação a análise incidirá sobre a formulação política e a formulação estratégica em S&D dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva (Lula), isto é, o período 1995-2010. As sugestões apresentadas, à luz da complexidade temporal e pragmática de incorporação de contributos à uma estratégia nacional¹⁰, serão prioritariamente perspectivadas em função do entorno geoestratégico (América do Sul e Atlântico Sul) e do horizonte de médio (2025) e longo prazo (2050).

O objetivo geral é aprofundar o conhecimento sobre o pensamento brasileiro em S&D. A END será analisada de forma a verificar a sua coerência, tanto interna quanto em

⁹ Mais detalhes disponíveis em Migon (2011: 1-10).

¹⁰ Conseqüência de múltiplos fatores, como resistências intelectuais, necessidade de obtenção de consenso em múltiplos níveis, condicionantes da agenda política, ciclo de formulação do planejamento estratégico, dentre outros.



relação às principais teorias que incidem sobre a área do conhecimento. Os objetivos intermediários decorrentes são associados à necessidade de analisar o pensamento dos governos FHC e Lula quanto à política pública “Defesa Nacional”, verificando-se as interdependências e de forma a propor os aperfeiçoamentos necessários à END.

A formulação de uma proposta de Conceito Estratégico Nacional (CEN), marco teórico final sugerido pelo título, deve ser compreendida à luz da dicotomia brasileira quanto a esse assunto. Silva¹¹ (GC, 1955: 59; 1957: 78) foi um dos primeiros defensores da necessidade de estabelecer-se tal conceito. Todavia o assunto é conceptualmente controverso e, na prática, o Estado brasileiro não possui um CEN formalmente explicitado. Alguns teóricos entendem que a parte inicial da Constituição Federal (elemento estruturante), disciplinando a concepção política e a visão estruturante do Estado, já é suficiente como elemento balizador da política de Governo e da Estratégia Nacional a implementar¹². Outros, ainda mais pragmáticos, entendem que o programa plurianual do Governo Federal (elemento conjuntural), após aprovação do Congresso Nacional, é o marco delineador da ação estratégica, assumindo que política de Estado e política de Governo, em decorrência da prática administrativa, são termos sinónimos. Assim sendo, falar-se em CEN e “contributos ao CEN” é um exercício acadêmico *stricto sensu*, podendo influir no pensamento setorial e, a partir daí, através do fluxo de construção das políticas públicas, vir a ser incorporado na ação governamental¹³.

d. Questões e Métodos

A questão central da investigação foi: a PDN e a END brasileiras são consistentes e coerentes, entre si e com a inserção internacional do País, permitindo deduzir a existência de um Conceito Estratégico Nacional preliminar e orientador?

¹¹ Em síntese tem-se que do Conceito Estratégico Nacional deriva a Política de Segurança Nacional e, desta, sequencialmente, a Estratégia de Segurança Nacional.

¹² A referência quanto à ação política brasileira é a Constituição Federal (Brasil, 1988), a qual em longa e homogênea abordagem, desde o início da República, mantém e expõe a visão coletiva quanto aos objetivos nacionais e os princípios que devem ser observados pelo Estado. As grandes linhas estruturantes das Relações Exteriores e Defesa estão aí dispostas: respeito à não-ingerência, à solução pacífica dos contenciosos, aos direitos humanos, à renúncia às armas nucleares etc.

¹³ Em outras palavras, concorda-se com o pensamento pragmático de que o Estado brasileiro possui dois instrumentos necessários e suficientes a partir do qual a ação estratégica deve estruturar-se: a Constituição Federal e o Programa Plurianual do Governo Federal. Quaisquer outros debates, teorias, doutrinas ou instrumentos normativos são indutores ou reflexos relacionados com a “política pública” e com as “escolhas públicas”, e não com a Estratégia em quaisquer de suas variantes (Estudos Estratégicos, Geoestratégia, Geopolítica, Pensamento Estratégico, etc). Ou seja, não é perspectiva do presente trabalho defender a explicitação formal e escrita de um CEN brasileiro, tanto por entender-se que é desnecessário quanto assumindo que, historicamente, a sociedade e as lideranças nacionais assim não o desejam.



As questões derivadas, auxiliares da investigação, podem ser sintetizadas nas seguintes perguntas: qual a inserção política e estratégica do Brasil? Qual a concepção de poder adotada pelo Brasil? A END é coerente com a Política Externa Brasileira (PEB) e com a PDN? Quais os aperfeiçoamentos a implementar?

A pesquisa bibliográfica incidiu predominantemente sobre autores brasileiros e sul-americanos, consequência do objeto de estudo, e portugueses, como forma de melhor aplicar os conhecimentos obtidos ao longo do período de estudos em Lisboa. Quando úteis, de forma pontual e selecionada, foram agregados contributos de autores de outras nacionalidades¹⁴. Foi de grande relevância a significativa disponibilização de conteúdos que as Universidades e Instituições de pesquisa brasileiras aportam à internet, através de *websites* próprios ou de forma consolidada pelo Governo Brasileiro através de portais de apoio ao Ensino Superior, como a *Scientific Electronic Library On-line* Brasil, o portal *Periódicos CAPES*, a *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* e o portal *Domínio Público*¹⁵. A pesquisa documental incidiu sobre conteúdos do Governo do Brasil, com ênfase em documentos da administração direta.

O modelo de análise foi exploratório e qualitativo¹⁶, privilegiando os conteúdos e as correlações teóricas possíveis, independentemente da ocorrência, homogeneidade ou predominância dos dados coletados¹⁷. O método adotado foi o Hipotético-Dedutivo, isto é, a partir de postulados identificados foi construído o modelo mental de interpretação do fenómeno estudado. A sistemática em tela foi adotada de forma a permitir não apenas responder às questões estruturantes da investigação mas também extrapolar a análise para horizontes temporais alargados.

¹⁴ Com prioridade para os autores clássicos, conforme requisitos de enquadramento propostos por Bobbio (2000: 114)

¹⁵ www.scielo.br; www.periodicos.capes.gov.br, <http://bdtd.ibict.br> e www.dominiopublico.gov.br.

¹⁶ Daí a preferência pelo emprego de pressupostos e questões, conforme Oliveira (MM, 2007) e Neves & Domingues (2007: 53-57).

¹⁷ Optou-se pela não-realização de entrevistas por questões metodológicas, na medida em que não existem instrumentos validados que abordem a presente temática, sendo impossível desenvolver os mesmos no âmbito deste trabalho, com o rigor necessário, em função do reduzido universo de especialistas disponíveis à consulta (o que superpõe a amostra de validação com a amostra de investigação). A condução de entrevistas ou coleta de dados por questionários que não estejam adequadamente construídos e validados é erro metodológico que prejudica o rigor científico necessário à correta interpretação de dados. Adota-se o conceito majoritário que vem sendo incorporado às Ciências Sociais, conforme Davis (1976); Bromiley & Johnson (2005: 15-29); e Hair *e tal* (2006) e, especificamente junto às Ciências Militares, por Serrano (2008: 97-102), para quem, em síntese: longe de significar “pesquisa científica”, o emprego de instrumentos tecnicamente incipientes serve apenas para refletir o “**senso comum**” (negritei).



2. Poder

Os estudos acerca do “Poder”, à luz da realidade fáctica, envolvem ampla, variada e controversa abordagem. Verifica-se a existência de estruturas académicas voltadas à “teoria do poder”¹⁸ no âmbito de áreas do conhecimento tão próximas ou tão distintas quanto a Filosofia Política, Diplomacia e Relações Internacionais, Ciência Política, Geopolítica e Geoestratégia, Estratégia e Estudos Estratégicos, Ciências Militares e Direito. Também existem interpretações diferenciadas do fenómeno consoante a época histórica e cultura a partir da qual emerge a abordagem, com o conceito de poder variando desde a Antiguidade Clássica à realidade Contemporânea, em função da organização estatal ser laica ou religiosa, da inserção territorial ser ocidental ou oriental, meridional ou setentrional. A análise é impactada, ainda, em função da realidade política estruturante do Estado, a qual pode ser mais ou menos liberal, com maior ou menor participação das lideranças e liderados na formação da vontade nacional. Trata-se, portanto, de fenómeno complexo, que pode ser analisado no plano interno ou externo, enquanto potencial ou quanto ao seu exercício, como conceção teórica ou como ação estatal.

Com tantos “olhares”, é natural que existam conceituações mais ou menos abrangentes bem como mais ou menos úteis a determinados casos concretos. Uma visão epistemológica e clássica foi proposta por Russell (1938), no âmbito das Ciências Sociais, associando poder à *produção dos efeitos pretendidos* e vincando a questão de tratar-se de algo relacional, somente existindo quando considerado *em face de* quem é exercido. Uma referência estruturante, associando Poder e Relações Internacionais sob a ótica portuguesa, é fornecida por Moreira (1996: 245-340), o qual apresenta topologia própria¹⁹ para a delimitação e estudo do poder no âmbito das relações internacionais. Tal autor vem sendo constantemente revisitados pelo meio académico português, em especial os pensadores militares associados aos cursos, seminários e investigações conduzidos no Instituto de Defesa Nacional e no Instituto de Estudos Superiores Militares, onde é referência obrigatória de estudo. Uma revisão quanto ao relacionamento Poder e Ciência Política foi sintetizada por Stoppino (1983: 933-943), tornando-se um referencial clássico, enquanto as ideias portuguesas quanto a Poder, Estado e Soberania podem ser vistas em Bessa & Pinto (2001: 39-74, 75-138).

A partir dos conceitos epistemológicos, foi necessário aprofundar a revisão

¹⁸ Política, Poder e Estratégia (Brasil, 2004a: 1-3)

¹⁹ Adotada praticamente *in verbis* por Oliveira (A., 2008), em trabalho recentemente apresentado em Pedrouços.



doutrinária. Para tanto, foram consideradas duas grandes correntes de pensamento, cuja coerência metodológica pode ser percebida a partir do grau de adesão aos princípios da Geopolítica, opção mais preocupada com os meios e potenciais estratégicos, ou do Multilateralismo, vertente mais vocacionada à busca de consensos. Na sequência, expõe-se a tendência contemporânea de combinação de ambos os enfoques.

a. Poder e Geopolítica

Geopolítica é a disciplina que busca compreender a dinâmica existente entre o Estado, enquanto unidade política, e o espaço geográfico, enquanto elemento territorial constitutivo ou de relacionamento. Em síntese, tenta explicar a ação estatal a partir das informações geográficas, no que também contribui com a análise da dinâmica do relacionamento entre as nações. Ainda que não haja uma unanimidade quanto à melhor topologia para sistematização do pensamento disciplinar, o mais usual é considerar-se a organização em “escolas²⁰”, privilegiando a origem geográfica das ideias, ou em “correntes²¹”, priorizando os conteúdos e métodos utilizados (Ebraico, 2006: 20-34).

A Geoestratégia é bastante difundida no âmbito do pensamento militar. Uma hipótese inicial decorre da própria origem da palavra estratégia²², a qual obviamente insere o assunto no âmbito da vida militar. Outra possibilidade é que as Forças Armadas sempre tiveram intenso relacionamento com a Geografia, consequência da necessidade de conhecer e utilizar o “valor militar do terreno” (Ribeiro, FGDB, 2010: 11-24). Hipótese também válida decorre do próprio conteúdo da Geoestratégia, cuja teoria baseada em fórmulas e conceitos que tentam reduzir a subjetividade é bastante próxima do modelo cartesiano de pensamento militar²³. Ainda é possível referir que a estratégia em si, como fica claro na origem da palavra, é algo desde a Antiguidade associado ao contexto militar.

Consequência da proximidade conceptual e metodológica, é que pensadores militares e geoestrategistas tendem a coincidir pontos de vista quando analisando a S&D à

²⁰ A sistematização em escolas foi inicialmente proposta por Célérier (1955: 11). Freitas (1999), aplicando o modelo à realidade do Brasil, defendeu a existência e autonomia da “escola geopolítica brasileira”.

²¹ A teoria “Organicista” desenvolveu importantes conceitos como o *espaço vital* e a *lei de crescimento dos espaços*, enquanto a Geoestratégia, por outro lado, abandonando o determinismo associado às ciências naturais, fornecia recomendações políticas e estratégicas às lideranças nacionais.

²² Estratégia vem do Grego antigo, sendo a junção das palavras “exército” (*stratos*) e comando (*ago*), levando ao conceito de “arte do General”.

²³ O militar profissional opera em um ambiente tão extremamente complexo, a Guerra, que seu método de análise situacional deu origem a mecanismo próprio, no âmbito do qual é usual decompor o todo em partes e a partir destas generalizar o cenário prospectivo. Assim sendo, o processo de tomada de decisão militar aproxima-se da lógica institucionalizada pela Geoestratégia, que a partir da análise de recursos e fatores pré estabelecidos busca inferir a inserção e poder de um Estado.



luz dos recursos nacionais e inserção internacional. Mais além, é comum pensadores militares tornarem-se doutrinadores renomados no âmbito da Geoestratégia, como nos dois primeiros exemplos a seguir. Inicialmente, cita-se a análise estratégica (Beaufre, 1963) que levou ao enunciado da “fórmula de Beaufre²⁴”, convergindo disponibilidade de recursos e vontade política com liberdade de ação e tempo, elementos essenciais para a seleção e aplicação de opções estratégicas. Outro modelo, mais tardio, é a “equação de Cline²⁵” (Cline, 1977: 34), com maior expressão em Portugal, tendo sido revisitada recentemente por Fontoura (2007: 3-41) e sob análise quanto à aplicabilidade contemporânea por Borges (2010: 2-5).

A sinergia entre as metodologias da Geoestratégica e das Ciências Militares²⁶ pode ser inferida nos modelos de análise de área estratégica propostos por Castro (TC, 1985), e logo a seguir por Couto (1988), adotados respectivamente pela Escola Superior de Guerra (Brasil, 2009a) e Exército Brasileiro (Brasil, 2004a: A1-A37 e B1-B3), de um lado, e Instituto de Estudos Superiores Militares e Exército Português (Portugal, 2007), de outro.

Em comum, o certo é que as metodologias se debruçam sobre a questão da quantificação do poder, inferindo que o mesmo pode ser numericamente estimado²⁷, através da mensuração de “parcelas constitutivas”. O processo requer o uso combinado de variáveis quantitativas, como dimensão territorial, efetivos populacionais, etc., conjugado com a atribuição de valores métricos a quesitos intangíveis, a exemplo da vontade nacional, opinião pública, entre outros. Uma crítica natural é relacionada com a estrutura das fórmulas em si, que pouco consideram a proporcionalidade entre as parcelas inseridas no cálculo, assim como não tomam em conta, na “comparação de poderes”, a distância que os separa. Outra ressalva é consequência da subjetividade das avaliações, que dependem da

²⁴ $E = K F Y T$, onde E = impulso estratégico, K = liberdade de ação (opinião pública interna, externa e posicionamento dos demais estados), F = forças materiais (economia, forças armadas, tecnologia, etc.), Y = forças morais (vontade nacional, política nacional, etc.), T = tempo (disponível para alcançar os resultados ou momento propício de desencadear a ação). A equação proposta consolida, sintética e coerentemente, o pensamento ocidental acerca da Teoria da Guerra – conforme exposto por Jomini, Clausewitz, Foch, Liddell Hart e Raymond Aron, tendo relevante repercussão no Brasil e continente americano como um todo.

²⁵ $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$, onde Pp = potencial percebido, C = massa crítica (território + população), E = capacidade econômica (energia, comércio, indústria, produto interno bruto), M = capacidade militar (convencional e nuclear), S = estratégia nacional (coerência e adequação) e W = vontade nacional. Numa referência histórica, a relação entre o Brasil e seus vizinhos pode ser lida em Telesca (1979: 29-47)

²⁶ Por inúmeras razões que aqui não cabe aprofundar, dentre estas, inclusive, a abordagem mais concorrencial do que cooperativa entre as Forças Singulares (em Portugal, diz-se Ramos), Ciências Militares *stricto sensu* refere-se à componente terrestre, na medida em que no Brasil há Ciências Navais e Ciências Aeroespaciais. Nesta passagem o termo é empregado em sentido mais abrangente, relacionando a Geoestratégia com o pensamento militar *conjunto*.

²⁷ Uma visão contrária, assumindo que por tratar-se de algo relacional e multifacetado não pode ser medido em termos objetivos, é fornecida sinteticamente por Guzzini (2009: 5-10)



experiência dos analistas que realizam as estimativas, e da imperfeição de substituir conceitos imateriais por valores numéricos.

Numa síntese mais positiva, pode-se dizer que a Geoestratégia fornece, ainda que com limitações, alguns parâmetros de verificação de pontos fortes e fracos da estrutura nacional. Assumindo-se que as análises são parcialmente subjetivas e temporalmente restritas, válidas apenas ao cenário imediato e de curto prazo, ainda assim são úteis em termos de dimensionamento do “potencial estratégico”. A utilidade das fórmulas é ainda maior se a análise e comparação incidir sobre atores estatais e cenários de conflito tradicional, bem como a interpretação dos resultados for conduzida de forma parcelada, confrontando-se os aspectos mais objetivos e previsíveis, os subjetivos e menos racionais e, ao final, uma estimativa global.

Ainda que o foco primário seja a estimativa do “potencial estratégico”, outro uso das ferramentas disponibilizadas pela Geoestratégia, talvez ainda mais útil à Defesa Nacional e às Forças Armadas, é a contribuição na geração de cenários prospectivos²⁸, algo fundamental quando avança-se do planejamento tradicional, baseado em ameaças, para o modelo de “planejamento por capacidades”. É sob tal perspectiva que visualiza-se a parceria Geoestratégia e Ciências Militares como mais produtiva, obtendo sinergias na formulação de opções estratégicas a nível nacional e, com mais certeza, setorial e subsetorial²⁹.

b. Poder e Multilateralismo

Sendo, como já visto, algo relacional e associado à capacidade de influência, uma outra linha de pensamento busca compreender o fenómeno do poder sob a ótica da inserção internacional do Estado. Trata-se de corrente bastante abrangente, acolhendo pensadores das mais diversas áreas do conhecimento e, sendo assim, a coerência decorre mais da perspectiva de abordagem do assunto do que de qualquer uniformidade intelectual. Associa-se, pela óbvia razão que demanda diálogo entre países, com a Diplomacia, no âmbito da qual oferece alternativa à abordagem realista³⁰.

²⁸ As Forças Armadas brasileiras adotam, majoritariamente, a mais de uma década, a metodologia proposta por Grumbach (1997).

²⁹ No âmbito deste processo, inclusive, as ferramentas podem cooperar de forma transversal, desde o nível estratégico (paz) até o nível operacional (conflito). Para mais detalhes quanto ao modelo institucional português, ver Ribeiro (AS, 2007). Um estudo sobre a compatibilização do modelo tradicional com o modelo de planejamento “por capacidades”, sob a ótica portuguesa, foi disponibilizado por Madeira (2009).

³⁰ Aqui é necessário um esclarecimento: a ideia chave é, exatamente, a de que multilateralismo e poder são elementos associados. O paradigma aqui é tipicamente brasileiro, autóctone, decorrente tanto da formação da nacionalidade quanto do modelo de inserção internacional adotado, historicamente, pelo Brasil. Não se trata de opção de países com pequena dimensão, como defendido por Almeida (PFAV, 1990). Ou, consequência



A opção brasileira pelo multilateralismo é histórica, todavia, podem ser identificadas três inflexões que a reforçaram, inclusive projetando a ação externa para além do espaço sul-americano: o abandono do “Paradigma Rio Branco”³¹, a ampliação das opções de parcerias internacionais associada ao aumento e diversificação da base econômica; e a crescente importância do conceito num contexto de globalização (Sato, 1998: 8-28).

Um autor epistemológico para o conceito de poder enquanto construção coletiva é Arendt³² (1972: 91-156 e 1970: 60-61), cujas concepções sobre a guerra enquanto experiência política fundamental do século XX permitem melhor entendimento de um cenário internacional onde opera uma potência hegemônica e, simultaneamente, o terrorismo fundamentalista, ao mesmo tempo em que coopera com temas prementes da agenda internacional, como os direitos humanos, as questões ambientais, as armas de destruição em massa, etc. O conceito arendtiano de poder é explícito: *poder* [power] corresponde à capacidade de agir de comum acordo. Isto é, num extremo há a ausência de poder, quando ocorre o isolamento internacional, e noutro há o máximo poder que pode resultar da associação de países. Oferecendo uma das pioneiras abordagens que propõe alternativa à ideia central de mensuração, ou exercício, do poder (Lafer, 2003: 19 e 1997: 55-65), influenciou parcela relevante do pensamento liberal contemporâneo.

A questão do poder como construção coletiva é fácil de perceber, no plano político, à luz da opção pela democracia, que no plano internacional deu origem à teoria da “Paz Democrática”. Em tese, a paz seria resultante, dentre outros fatores, da dificuldade de obter-se consenso interno (poder difuso) para implementar-se a guerra (Owen, 2000: 137-175 e Whitehead, 1993: 35-67). Também relevante, ainda sob prisma político, a questão da democracia na conformação e sustentação de blocos regionais, tanto para melhor inserção internacional quanto, mesmo, visando maior estabilidade institucional, a exemplo da realidade do Mercosul (Oliveira & Onuki, 2000: 108-129 e Mathias, Guzzi et Giannini,

do que o pensamento militar corrente, tradicionalmente realista, “cinicamente” associa à impossibilidade de exercer o binômio “potencial estratégico” e *hard power* (“militarmente” reduzido, ou usualmente entendido, como sinônimo de poder militar, o que não é). Muito menos é algo mensurável, como delineado por Henriques & Paradelo (2006: 107-127), que na busca de mensurar *soft power* acabam incorrendo em erro conceptual e tomam por objeto, em essência, as variáveis imateriais dos geoestrategistas (cujas fórmulas, aliás, são revisitadas *in verbis*).

³¹ Refere-se ao chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), que foi Ministro dos Estrangeiros dos quatro primeiros Presidentes da República, o qual colocava os Estados Unidos da América como *pivot* central da agenda externa nacional.

³² Uma análise acerca da atualidade do pensamento arendtiano para as Ciências Militares pode ser obtida em Migon (2010: 33-46).



2008: 70-96).

Outra abordagem é a que envolve a questão do federalismo enquanto sistema coletivo de governança. A questão dos benefícios do modelo para a coesão e estabilidade de sistemas políticos, conforme proposto por Kant (1795), inspirou a adoção do mesmo pelos Estados Unidos da América (EUA), na origem do processo de independência, e Brasil, na sequência de experiência como monarquia unitária. De certa forma, ainda que seja modelo *sui generis*, o ideal de associação coletiva de países, com reflexos inclusive na geração de poder e surgimento de ente coletivo distinto das partes constitutivas, é espelhado na realidade da União Europeia (Bresser-Pereira, 2009: 14).

A questão do poder enquanto entidade coletiva também pode ser considerada sob viés económico. Como teoria pacifista, um dos principais defensores da crescente integração e interdependência económica foi Angell (1910), considerado autor essencial à formação dos diplomatas brasileiros. Numa visão mais pragmática, que associa comércio com integração, o conceito de bloco comercial agrega maior base territorial para o desenvolvimento dos vetores económicos, assim como torna os parceiros mais aptos a competir no mercado internacional, num claro paralelo de que o “poder coletivo” é maior do que a inserção individual, como evidenciado na realidade da União Europeia e como analisado com maior profundidade, quanto ao entorno regional brasileiro, por Caubet (1989) e Vidigal (2010).

Outro ângulo onde é aplicável a definição arendtiana de poder é no âmbito dos arranjos coletivos de S&D. A ideia básica, particularizada com um olhar para o Cone Sul das Américas, é de que a coletivização das políticas de segurança e defesa (Herman, 1996. Ribeiro, FP, 2004: 1-11. Vizentini, 2004) permite melhor inserção e resposta à nova ordem mundial. Transformando a segurança dos países entre si em algo residual, pela transformação da lógica concorrencial em abordagem cooperativa, torna-se possível a construção de uma visão coletiva em face de terceiros atores e, consequência, aumenta-se a capacidade comum para além das possibilidades individuais iniciais.

A máxima aplicação do conceito de multilateralismo conduz à questão da governança mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU), que seria, em tese, o paradigma máximo do poder enquanto construção coletiva. A questão da (in)efetividade da ONU pode ser criticada sob a ótica realista, na medida em que a organização não dispõe dos meios de coerção para a efetiva aplicação de suas decisões, o que levaria o debate para a zona cinzenta onde Relações Internacionais e Direito Internacional se debatem desde



Grotius (1625). Ou pode ser discutida à luz do paradigma de Arendt (1972: 35-70), para quem uma autoridade *internacional* (colegiada, multilateral) é melhor do que uma *supranacional* (poder superior acima dos demais), na medida em que esta última seria ou ineficaz ou monopolizada pela nação mais forte, levando a um governo mundial que culminaria em tirania. O assunto mereceu a atenção, também, de Bobbio (1989), para quem a ineficiência do organismo não invalida a tese, ao contrário, demanda é esforço coletivo no sentido de aperfeiçoar a ONU, de forma que a mesma consiga avançar e tornar-se o terceiro, *coletivo*, capaz de intermediar as disputas internacionais.

c. Ação conjunta: o “poder inteligente”

Teoria mais recente, denominada “poder inteligente” [*smart power*] (Nye, 2007a e 2006), é a que busca oferecer opção mais abrangente para a ação pública, conjugando, ainda que sem referência direta, as linhas conceptuais acima. Deriva dos conceitos de “poder duro” [*hard power*] e “poder macio” [*soft power*] (Nye, 2009, 2007b, 2004 e 2002), com origem nas ideias de vem encontrando repercussão junto ao meio acadêmico e governamental dos Estados Unidos, e, logo, é motivo de atenção por parcela significativa dos pensadores da área. Necessário ressaltar que, diferentemente da Geoestratégia, que se ocupa do potencial de poder, e da concepção arendtiana, que se ocupa da gênese do poder, a metodologia em tela é essencialmente pragmática, debruçando-se essencialmente sobre a questão do exercício do poder, o qual assume como pré existente.

Avançando do sintetizado por Ferreira (M, *sine data*: 1-6), tem-se que o poder duro refere-se à ação direta dos vetores econômico e militar, juntos ou isoladamente, podendo ir desde gradações menores, como embargos ou manobras militares, até o espectro alargado das retaliações econômicas e do conflito militar propriamente dito. Olhando os recursos estatais de forma abrangente, também se caracteriza por ações políticas que tenham por escopo obter resultados mediante pressão, como os meios da diplomacia coercitiva, a ameaça, etc. Trata-se de aplicar, de forma coercitiva, o potencial de poder, objetivo, oriundo dos recursos materiais e militares, ainda que através de outras linhas de atuação, como o recentemente proposto no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (2010).

O poder brando, por outro lado, é conceito que foi introduzido pelo autor em momento mais recente (Nye, 2004), consequência da percepção de que mesmo dispendo de superioridade absoluta no campo militar, e quase isso na esfera econômica e tecnológica,



ainda assim os Estados Unidos vinham tendo dificuldades em exercer hegemonia no plano internacional. Verificando que o isolamento e o unilateralismo levam a crescente resistência por parte dos demais atores, com conseqüente instabilidade e prejuízo ao atingimento dos objetivos nacionais, o poder brando propõe o uso de ações políticas, culturais e diplomáticas como forma de atração e convergência dos demais atores internacionais para as propostas estadunidenses. Ao invés de empregar ação direta, a opção passa a ser indireta, tentando diminuir as resistências à aceitação dos pontos de vista da nação, em tese, hegemônica.

O conceito de poder brando aproxima-se do conceito de multilateralismo, na medida em que envolve pluralidade de atores e busca de consensos. Todavia, difere do debate poder – multilateralismo anteriormente exposto na medida em que para Arendt a gênese do poder é coletiva, privilegiando, portanto, os organismos multilaterais, enquanto para Nye, e mais ainda para a *praxis* diplomática dos Estados Unidos, a busca do diálogo não deixa de ser assimétrica, conduzida preferencialmente em termos bilaterais ou, no máximo, em âmbito multilateral reduzido. A dificuldade de harmonização da tríade realismo – poder objetivo – *hard power* com o multilateralismo pode ser exemplificada no baixo grau de adesão dos Estados Unidos a temas emergentes da agenda internacional, como o Tribunal Penal Internacional (Tratado de Roma), a gestão ambiental (Tratado de Kyoto), aceitação do Estado Palestino, a reforma da ONU, dentre outros.

Tendência mais recente busca posição central, e integrada, em relação às teorias acima. De um lado, compreende a capacidade que um Estado dotado de mais meios materiais dispõe para fazer valer sua vontade no plano internacional. Por outro, dá peso à ideia de buscar-se o consenso internacional, inspirando e influenciando o sistema internacional. Todavia, isso não se dá de forma consensual, havendo interlocutores que destacam a necessidade de reparos na política externa americana e adoção de um dos modelos, poder duro ou poder brando, de forma independente, conforme crítica de Wilson (2008: 110-124).

O conceito de “poder inteligente” é o que vem ganhando maior relevo no presente. *Think tanks* e estrategistas vêm tentando explicar a relevância de adotar-se o modelo como alternativa ao poder militar e poder duro, na medida em que estes são claramente insuficientes no âmbito da Era da Informação e dos Conflitos Assimétricos atualmente em curso. O assunto foi objeto de assessoria especializada em benefício do Congresso dos EUA, o qual recebeu sumário executivo não apenas com a revisão e delimitação



conceptual do assunto como com propostas das principais linhas estratégicas a implementar (Armitage & Nye, 2007). Oferecendo às lideranças políticas opções mais ampliadas de resposta às crises e de condução da política nacional, ao mesmo tempo em que reduz resistências e coopera com a criação de ambiente internacional favorável, o *smart power* vem aumentando o número de adeptos, tendo sido formalmente adotado pela política externa dos EUA a partir da administração Obama (EUA, 2009).

Em síntese, o “poder inteligente” é abordagem que propõe o emprego sinérgico de duas opções aparentemente antagônicas, o poder duro e o poder brando, de forma a alcançar os objetivos a que o Estado se propõe de forma mais eficiente, isto é, reduzindo as resistências pela atração e comunhão voluntária de ideias, ou através pressão e influência direta dos demais atores. Não se trata de discutir a legitimidade, nem a origem ou o potencial de poder. Muito menos de dimensionar quantitativa ou qualitativamente. A proposição é pragmática, isto é, trata-se de obter resultados em conformidade com interesses. Em outras palavras, trata-se de variar a gradação da ação ou o modo de incidência da ação, sem contudo modificar a essência da abordagem estadunidense, tradicionalmente sustentada na assimetria que, a seu favor³³, existe no cenário internacional.

d. Conclusão parcial

Poder é elemento essencial ao estudo das Relações Internacionais e, dentre outras disciplinas, para a Diplomacia e Ciências Militares. Como se viu, é um constructo de múltiplas variáveis, que se relacionam de forma complexa e variável em função do tempo e ambiente em questão. Ainda que não seja possível definir de forma consensual a sua origem, e muito menos mensurar a sua dimensão, alguns pontos podem ser delimitados, em especial: (1) potencial de poder e poder são elementos diferentes entre si e (2) poder é um atributo relacional, que somente pode ser apreciado a partir de um Estado em face de outro ator (e vice-versa).

Em síntese, três foram as possibilidades de modificação da “dimensão” de poder de um país elencadas. Através do paradigma da Geoestratégia, um país pode maximizar o poder disponibilizado pelos seus recursos objetivamente mensuráveis (de forma geral, recursos materiais) bem como pode potencializar o rendimento destes, ou mesmo mitigar

³³ Ou contra, se considerar-se as resistências assimétricas que, há anos, embaraçam a agenda internacional dos EUA, a exemplo da elevada rejeição ao “imperialismo americano”.



lacunas ou vulnerabilidades, através ações menos tangíveis (política, diplomacia, vontade nacional, etc.). Através do paradigma do multilateralismo igualitário, um país pode melhor posicionar-se no plano internacional obtendo ganhos de eficiência e eficácia em relação à ação independente. Sob outra ótica, considerando já dispor de poder suficiente, pode exercer o mesmo quer de forma dura, quer de forma branda ou, mais eficazmente, de forma inteligente.

Foram assim analisados os principais aspectos de um dos componentes da “teoria do poder”. Assumindo-se que a política e a estratégia são opções mais orgânicas, sendo geradas no plano interno, ainda que sujeitas a estrangimentos externos, a compreensão do poder torna-se elemento fulcral, na medida em que esse, relacional, tem a influência do elemento externo mais vincada.



3. Segurança & Defesa: alguns pressupostos

a. Formação da Nacionalidade

O processo de formação das nacionalidades na América do Sul é bastante peculiar, sendo o Brasil significativamente contrastante em relação aos seus vizinhos. Decorrência do legado colonial é o único país da região que fala português. Fruto de precoce sentimento de nacionalidade, soube conquistar, consolidar e manter um vasto território, em nítida diferença em relação à fragmentação hispano-americana. Assim sendo, apresenta-se inserido tanto junto ao Atlântico Sul quanto nos espaços Platino, Central e Amazônico, que configuram quatro contextos geoestratégicos diferenciados.

A salvaguarda de tão amplo espaço sempre demandou FA presentes e atuantes. Cooperando com a Coroa portuguesa, deu-se combate aos franceses, no Rio de Janeiro (França Antártica). No século XVII, tropas autóctones expulsaram os holandeses de Pernambuco. No século XIX tanto a Independência quanto a República foram proclamadas na presença e sustentação das FA, assim como as fronteiras foram consolidadas por estas ao Sul (Guerra do Paraguai, 1865-1870) e ao Norte (Questão do Acre). Assim sendo, um marco inicial do pensamento brasileiro em S&D é a maior influência dos aspectos ligados às fronteiras terrestres, em detrimento da maritimidade, bem como da associação Segurança Nacional com Defesa interna, em detrimento da Defesa externa.

No século XX, sob contexto da Guerra Fria e polarização ideológica, a presença militar junto à esfera política atingiu seu ponto máximo, e o país vivenciou período de governo militar. Se a ação militar encontrou justificativa na lei, haja visto que todos os textos constitucionais, desde 1824, sempre adjudicaram às FA a missão de Garantia da Lei e da Ordem³⁴, por outro lado a participação na vida (política) nacional trouxe consequências que perduram até o presente, (Johnson, 1966: 17; Speroni, 2001: 3 e Schwartzman, 1982: 55), com algumas resistências a superar. De qualquer forma, surge outro marco do pensamento militar nacional, que é a forte preocupação não apenas com a Defesa da Pátria, mas também com os destinos a alcançar, isto é, com os objetivos nacionais.

Após a transição democrática, consolidada através sucessivas eleições, começa a avançar o amadurecimento do relacionamento civil-militar. O MD foi implementado e, com mais impulso sob a titularidade do Ministro Nelson Jobim, vem consolidando seu papel institucional. Portanto, não se visualiza aceitável qualquer influência no debate

³⁴ Síntese da evolução constitucional sobre o assunto disponível em Migon (2005: 15-60)



político partidário, ao mesmo tempo em que há o reconhecimento da sociedade e dos acadêmicos no sentido de que as FA têm, e devem ter, papel relevante na conformação da agenda pública em S&D e, principalmente, na esfera da estratégia nacional (Diamint, 2000: 24). De qualquer forma, é pacífico que há interdependência entre o fortalecimento da democracia e o aumento da segurança regional, conforme Hirst (1995: 3) e Snyder & Mansfield (1995: 5-38), pela ótica da Ciência Política, e Russett (1996: 7-32), à luz das Relações Internacionais.

b. Sociedade e a agenda de S&D

A participação da sociedade no debate acerca da S&D, diretamente ou através de seus representantes, não é homogênea no tempo. A presença popular é uma constante transversal a todos os conflitos armados, guerras e revoluções que a República atravessou, com os cidadãos não apenas apoiando as FA, mas pegando em armas conjuntamente com esta. Assim na “Questão Acreana”, na 1ª e 2ª Guerras Mundiais, no “18 do Forte”, na “Revolução de 30”, na “Revolução Constitucionalista”, etc. Todavia, regressadas as tropas aos quartéis, a preocupação nacional é amortecida, sendo reduzida a atenção e participação civil no âmbito da formulação política e implementação estratégica na área de S&D (Martins Filho, 2001; Oliveira & Leça, 2007: 1). Reflexo da baixa mobilização social é traduzido na pouca relevância que o Congresso Nacional atribui à matéria, a qual acaba sendo impulsionada quase que exclusivamente conforme as prioridades do Executivo, tendo pouca relevância nos programas partidários e plataformas eleitorais (Santos, MHC, 2004: 36)

O despreparo dos representantes populares, que não entendem do assunto e apenas exercem um papel muito mais formal do que efetivo, é parcialmente compensado pela atenção que o tema vem despertando junto à comunidade acadêmica. As Universidades e Centros de Pensamento Estratégico vêm produzindo amplo e crescente debate, que apoiado pela agenda do Ministério da Defesa começa a atualizar o pensamento brasileiro na área de S&D (Brasil, 2004b, 2004c, 2004d, 2004e).

Sob impulso direto do Ministro da Defesa, verifica-se a tentativa de inserir no debate a Sociedade como um todo, ampliando a abrangência da discussão de um viés “defesa”, reativo, para uma ótica “segurança”. Deseja-se, inclusive, a participação dos países vizinhos no contexto das discussões, como forma de chegar-se a concepções autônomas ou, em outras palavras, minimizar o risco da agenda ser influenciada por atores



externos ao entorno regional. A ideia norteadora é integrar os planos interno e externo, assim como a estratégia de desenvolvimento com a estratégia de segurança, sob maior participação do Governo, Congresso e sociedade civil (Brasil, 2001: 229).

c. Integração regional

Inicialmente, cabe destacar a mudança de paradigma de relacionamento entre Brasil e Argentina. De tradicionais concorrentes por uma pretensa “hegemonia regional”, lograram superar diferenças conceptuais e evoluir para modelo de maior parceria, tanto no plano bilateral, quanto em iniciativas mais abrangentes no espaço sul-americano, a exemplo do Mercado Comum do Sul. Dentre outros fatores, merece destaque a vontade política e a diplomacia presidencial (Brasil, 2002a: 236). A superação de quaisquer abordagens competitivas, ao menos no nível político e agenda local³⁵, por parte destes que são os principais atores regionais, vem tendo o efeito benéfico de potenciar a dinâmica de cooperação ou integração regional³⁶.

Aspecto crítico a contingenciar, de modo permanente, é a percepção que os vizinhos têm do “expansionismo brasileiro”, consequência direta do avanço à Oeste para muito além dos limites iniciais do Tratado de Tordesilhas, à luz do princípio do *uti possidetis*. Como consequência direta, o diálogo inter-regional necessita ser construído progressivamente, passo-a-passo, consolidando etapas e priorizando a confiança, na medida em que naturalmente haverá resistências junto a círculos de pensamento vizinhos (Fontana, 2001: 3). Uma opção é adotar empregar diferentes perspectivas, conforme exposto por Miyamoto (2007: 71-96). E, na prática, conforme ocorreu no relacionamento com a Argentina, cuja aproximação inicial foi essencialmente política, e na criação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL), onde o impulsionador é a agenda de S&D.

d. Uma visão militar

Tendo em vista inúmeros acontecimentos externos (fim da Guerra Fria, surgimento de “novas ameaças”, fortalecimento da regionalização, etc.) e internos (criação do Ministério da Defesa, consolidação do processo democrático nacional, formalização da Política de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, etc.) houve significativa mudança entre o ambiente de inserção e atenção das FA brasileiras ao longo do século XX e no

³⁵ O contexto político interno argentino ainda apresenta reservas quanto à agenda econômica regional e, mesmo, quanto a temas de alcance extra regional, como a reforma da ONU, por exemplo.

³⁶ As diferenças, sinergias e concorrências possíveis entre as estratégias de cooperação e de integração foram descritas por Mathias (SK, 2003: 7-11)



presente e perspectiva imediata para o século XXI. Em consequência, opta-se por fixar a análise do pensamento militar sob olhar mais recente, buscando-se ponto de vista mais atualizado do que histórico, tendo por referência os governos FHC) e Lula.

Neste contexto, uma crítica inicial, ácida³⁷ porém preponderantemente realística, é proporcionada por Ferreira (OS, 2007: 50), em síntese: o planejamento militar não ocorre coordenado com a política externa brasileira, na medida em que Itamaraty³⁸ e Defesa não são articulados, fato agravado pelo *desprezo* político quanto ao reequipamento das FA. A observação envolve três atores, no ápice da estrutura governamental, que deixam de corresponder às demandas de Segurança do País. O Itamaraty, que pouco considera o vetor militar como complemento da ação diplomática. A Defesa, que se debruça mais sobre questões da estrutura interna e reequipamento do que com a segurança em si. As lideranças políticas, com a tradicional resistência ao tratamento dos assuntos da área, o que pode ser relacionado tanto com as prioridades da agenda social (eleitoral) quanto com a necessidade de abandono das questões ideológicas do passado.

Outro ângulo, também com impacto negativo, é a questão das resistências à estrutura conjunta de Defesa, tanto no que concerne ao desempenho operacional conjunto quanto, mesmo, à direção das atividades militares. Ainda que a intenção de dispor de um único ministério coordenador das FA não seja nova, tendo inclusive dado origem à estrutura do “Estado-maior das FA”, com *status* de ministério, o fato é que o Ministério da Defesa (MD) tem pouco mais de dez anos.

Assim sendo, em muitos tópicos da agenda nacional é possível identificar a posição das Relações Exteriores, a posição da Defesa e, mesmo, o pensamento mais particularizado de uma ou outra Força Singular. Ainda há espaço, e necessidade, de aperfeiçoar não apenas as estruturas conjuntas e de suporte à Defesa, mas a cultura organizacional das forças. Pode dizer-se que esse é um dos primeiros condicionantes do pensamento militar contemporâneo no Brasil, isto é, a ausência de uma visão mais homogênea entre os quatro atores fundamentais da área de Defesa: MD, Exército, Marinha e Aeronáutica

No que concerne aos espaços estratégicos, verifica-se a preponderância das

³⁷ Talvez já não tão válida em 2007, sob 2º mandado do governo Lula e do Ministro Jobim, e, possivelmente, com menos pertinência em 2011. A vulnerabilidade foi apontada, em termos de ação estratégica a implementar com vistas a reverter o cenário, pelo próprio Comandante do Exército (Brasil, 2007c: 10). Todavia, a apreciação reúne bastante propriedade para o início da década, com um Ministério da Defesa em conformação, e como enquadramento crítico em relação à reduzida convergência entre a política externa e a política de Defesa.

³⁸ Denominação corrente do Ministério das Relações Exteriores, por extensão do nome de sua sede, originalmente no Palácio Itamaraty (Rio de Janeiro).



questões relacionadas com a Amazônia (Brasil, 2010c) e “Amazônia Azul³⁹” Flores (2007) as quais são de passíveis sofrer incidência de ameaças clássicas, inclusive extra regionais, e novas ameaças. A região platina vem perdendo importância no âmbito teórico, ainda que, em termos práticos, parcela relevante dos meios militares estejam mais vocacionados para a porção Centro Sul do País.

No que acaba por reforçar o desinteresse histórico pelos assuntos de Defesa, a tendência majoritária visualiza que o risco de ocorrência de conflitos regulares no espaço brasileiro é reduzido (Abreu, 2007: 10). Em posição minoritária, Flores (2002) afasta até mesmo o risco de intervenção armada na região por parte de grandes potências, e, em consequência, dirige maior atenção à necessidade de uma capacidade militar dissuasória que garanta a segurança das fronteiras em face de incursões de grupos armados não estatais. Admite o autor que a solução pacífica de contenciosos será a base do relacionamento regional e que *cuidados brasileiros a manterão assim*, ainda que não descuide em alertar que a ausência de antagonismos de maior envergadura é implausível, “convidando” o poder estatal a agir, delimitando políticas que efetivamente mantenham as tensões em nível capaz de serem solucionadas de forma pacífica.

Vaz (2002: 3-8) aprofundou a questão da formação de blocos regionais sul-americanos e o impacto de tais aproximações sobre as demandas militares. Destaca, em especial quanto à porção amazônica do território, que conjunção de fatores levou a fronteiras historicamente permeáveis a atividades informais ilícitas – dentre as quais elenca o contrabando de recursos minerais e biológicos, o tráfico de entorpecentes e armas, dentre outros. *Todavia, são questões que desafiam a segurança, sem, contudo, representarem ameaças militares.* A questão da militarização do combate às drogas, inclusive com a presença dos EUA foi enquadrada por Pagliari (2009: 140-192), com atenção para a questão da Colômbia.

Aqui surgem três aspectos condicionantes do pensamento militar nacional: a “fronteira” entre segurança e segurança pública, com o conseqüente debate acerca do papel das FA no âmbito desta última; a presença militar dos EUA no entorno estratégico brasileiro; e a permeabilidade das fronteiras terrestres. Com relação às ações na área de segurança pública, há certa divergência, com as FA preferindo o afastamento do tema e as lideranças políticas, paradoxalmente, abandonando qualquer lembrança do passado e

³⁹ Atlântico Sul compreendido pelas águas territoriais, águas adjacentes, Zona de Exploração Económica Exclusiva e Extensão da Plataforma Continental



recorrentemente empregando as FA neste setor, como nas ações em curso no Rio de Janeiro. A presença dos EUA mobiliza mais o discurso do Exército, que encontra apoio na Defesa. Da mesma forma a questão da permeabilidade das fronteiras, que se leva a ações integradas como o Sistema de Vigilância da Amazônia, também canaliza para ações ainda mais prioritárias da componente terrestre, como a Estratégia Braço Forte (Brasil, 2009b) e o incremento do arco de Pelotões Especiais de Fronteira.

Relevante a questão da cooperação ou da integração em termos de Defesa e no ambiente sul-americano. Que pese o crescente intercâmbio entre as FA da região, através de exercícios conjuntos, troca de adidos, frequência em Instituições de Ensino Superior Militar recíprocas, etc., ainda é perceptível uma posição brasileira de resistência à organização de forças multinacionais ou arranjos coletivos de Defesa (Rabello, 2006: 103-110). Há maior vontade política em alargar o “espaço de segurança”, através de mecanismos multilaterais, mas a posição institucional, aí incluída a posição pessoal do Ministro da Defesa, é tendente à cooperação, e não à integração (Oliveira, CTS, 2007: 56-61). Diferentemente da Argentina e do Chile, que já estabeleceram um Estado-Maior Combinado, a perspectiva brasileira ainda é no sentido de cooperação direta entre componentes, aliás, refletindo o baixo grau de integração entre as próprias Forças Armadas.

As questões relacionadas com a capacitação tecnológica e base industrial de Defesa são de significativa relevância. Os institutos de pesquisa militares estão entre as mais conceituadas instituições de pesquisa nacionais, assim como vêm agregando capacidade tecnológica ao parque industrial em áreas críticas do desenvolvimento nacional ou específicas da Defesa, como energia nuclear, telecomunicações, imageamento, propelentes, navegação inercial, etc. Em conjunto com o Sistema de Ensino conforma estrutura de sustentação estratégica, preservando e ampliando competências.

Outro aspecto de impacto é relacionado ao orçamento setorial. Trata-se de questão clássica no âmbito da gestão de defesa das democracias ocidentais (Bobrow, 1965), particularmente relevante para um país com elevadas demandas sociais. Uma análise recente e detalhada sobre a lógica política dos gastos militares, particularizando inclusive o contexto específico brasileiro, é proporcionada por Heye (2005). Para além do nível das escolhas públicas, associado à esfera política e conseqüentemente à END, também é assunto da gestão administrativa de rotina, ambos os contextos potencializando abordagens corporativas divergentes.



e. Conclusão parcial

As FA brasileiras são um participante ativo da história nacional, desde o alvorecer da nacionalidade até o presente. Tal se deu, em todos os momentos, em estreita convergência com as forças sociais, ainda que nem sempre em acordo com a vontade política. Isso levou, inclusive, a que as FA assumissem o Governo do país, no contexto da polarização ideológica da Guerra Fria. Tal acontecimento levou a distensões que até o presente ainda condicionam a agenda de S&D, na medida em que parte da agenda política para o setor é condicionada pela temática do relacionamento civil-militar. Tem-se também que a participação do Congresso Nacional no debate sobre S&D é reduzida, consequência da desconfiança entre políticos e militares e, mais, pelo baixo coeficiente eleitoral da matéria. Isso faz com que os principais impulsos na área aconteçam mais por iniciativas e capacidades individuais do que por ação estruturada dos partidos políticos.

Enquanto *stakeholders* na área de S&D, as FA têm profunda consciência de seu compromisso institucional com o país, posicionando-se como guardiãs de fato e de direito, à luz do texto constitucional, da integridade territorial e da soberania nacional. Com visões próprias e individuais acerca das prioridades político-estratégicas, acabam por assumir posturas tendencialmente mais próximas da competição e concorrência do que da cooperação e, muito menos, integração. Neste contexto, desde 1999, também se faz presente o MD, que conforme a estatura política de seu titular consegue, ou não, modelar a agenda setorial. Assim sendo, o pensamento de Defesa ainda está (progressivamente) em conformação, com iniciativas e novas abordagens sendo propostas continuamente. Em boa parte isso se deve à dinâmica intelectual existente nos meios acadêmicos civis e militares, os quais vêm produzindo consistente e multidisciplinar debate sobre os mais diferentes temas.

Em termos de ação estratégica, só recentemente a integração Defesa e Relações Exteriores vem sendo efetivamente considerada⁴⁰, ao mesmo tempo em que a construção de capacidades conjuntas ou combinadas é, aparentemente, ainda menos prioritária. De qualquer forma, tem-se que o pensamento em termos de “segurança” vem avançando mais do que as ações no setor de “defesa”, a exemplo da criação e consolidação de estruturas multilaterais que facilitam a convergência política e econômica. No âmbito da segurança, são de vital importância a Amazônia e a Amazônia Azul, o que conjugado com a defesa

⁴⁰ Um exemplo de sinergia é a questão das Operações de Paz, onde ambos os ministérios, ainda que motivados por razões peculiares a cada um, somaram esforços, com resultados significativos.



intransigente do princípio da autodeterminação faz com que uma das preocupações seja a interveniência de atores externos no entorno estratégico brasileiro.

As Forças Armadas, portanto, ainda têm bastante preocupação com o espaço brasileiro *stricto sensu*. Há predominância de uma visão estratégica clássica, priorizando a Defesa Militar em relação à Segurança propriamente dita. As questões de gestão orçamentária e dinâmica institucional de poder ainda predominam não apenas no plano Forças Armadas – Defesa como, principalmente, nas Forças Armadas entre si, a disputar os mesmos nichos de inserção.



4. Segurança Nacional

a. Geopolítica e Pensamento Estratégico Brasileiro

O entorno brasileiro não reúne a homogeneidade que alguns analistas tendem a sugerir, quando sintetizam sob mesmo rótulo toda a “América latina”. Há diferenças de ordem geográficas, étnicas, grau de amadurecimento e estabilidade das instituições políticas étnicas, desenvolvimento e inserção econômica; desenvolvimento social; influências histórico-culturais, etc. Tais assimetrias levam a diferenciados graus de participação no sistema internacional, com consequências na composição e prioridade das agendas nacionais tanto em relação aos países da região entre si quanto em relação a parceiros externos ao subcontinente.

De igual modo, e em apertada síntese, há muitos “brasis” dentro do Brasil. Tendo a Leste o oceano Atlântico, a Oeste faz fronteira com todos os países do subcontinente, à exceção do Chile e Equador. É uma República Federativa, integrando 26 Estados e um Distrito Federal, no total de 5565 municípios. Trata-se, em linhas gerais, do 5º país do mundo em termos de território e população, isto é, cerca de 190 milhões de habitantes no espaço aproximado de 50% da América do Sul (Brasil, 2011a). Ao iniciar do século XXI posiciona-se como a 7ª ou 8ª economia mundial, tendendo a atingir a 4ª posição no horizonte 2050 (Wilson & Stupnytska, 2007: 130-150, 160-164; Hawksworth, 2006: 1-48; e Hawksworth & Tiwari, 2011: 1-25). Suas cinco regiões administrativas tentam conjugar áreas tão diferenciadas quanto o espaço amazônico, o saliente nordestino, o planalto central, os campos sulistas e a “locomotiva” sudeste.

Fruto da inserção e dimensão territorial, bem como da trajetória histórico-cultural, a preocupação marcante da geopolítica nacional foi a questão da integração nacional. Assim sendo surgiu pensamento autóctone e independente neste campo, com ênfase na análise do espaço brasileiro e apreciando apenas em segundo plano o espaço sul-americano como um todo e, ainda mais distante, o Atlântico Sul e África. São as formulações de Backheuser (1952), Silva (GC, 1955 e 1957), Mattos (1980 e 1990), Castro (T, 1981) e Tosta (1984), dentre outros, modelaram a “Escola Geopolítica Brasileira” (Freitas, 1999). Estes autores contemporaneamente vêm sendo revisitados e, mesmo, atualizados, a exemplo de Guimarães (1999), analisando blocos regionais, Vesentini (2000), Anselmo & Bray (2002), Mattos (2002), Olic & Canepa (2004), que se ocupa do entorno estratégico, e Caroli (2010), que traz uma visão marítima atualizada. Estima-se assim que para além de uma “escola” homogênea e própria, a geopolítica brasileira dispõe de capacidade de



regeneração, buscando a continuidade e atualidade de suas análises.

Na atualidade, tem-se que a visão de integração e redução de assimetrias de desenvolvimento já está plenamente consolidada no âmbito da administração pública, tendo sido motivo de continuadas propostas governamentais, tanto na época de FHC, que estabilizou a economia, quanto no recente governo Lula, que acelerou a inserção social. Como consequência, a linha de força do pensamento estratégico contemporâneo foi deslocada para a agenda externa, sob amplo debate de acadêmicos, sociedade e agentes públicos (CEBRI, 2007). Como potência emergente fisicamente afastado dos grandes cenários de conflitualidade e instabilidade atuais, o Brasil vem dando especial atenção para as áreas adjacentes da América do Sul, Atlântico Sul e, mais além, África e América Central. Superando os receios vizinhos quanto ao “expansionismo brasileiro⁴¹”, avançando para uma abordagem cooperativa com a Argentina (Batista Jr, 2005; Hage, 2004), o Brasil vem tentando reforçar seus vínculos sul-americanos. Trata-se de opção tanto no sentido de conformar um ambiente mais estável e seguro em seu entorno imediato como, também, de obter maior convergência com sua própria visão em relação aos principais temas internacionais.

Outra forma de se verificar o pensamento brasileiro é analisando o planejamento governamental. A visão contemporânea de gestão pública foi inaugurada por FHC (Brasil, 1996b) que, tendo sido o 1º presidente reeleito da história do Brasil, teve oportunidade de consolidar suas ideias, priorizando a agenda interna: combate à inflação, estabilidade monetária, construção dos “eixos de desenvolvimento⁴²”, reforma do Estado, etc. A agenda externa foi implementada a nível setorial, preponderantemente, na medida que no nível nacional não houve nenhum tópico específico para “segurança”, “defesa”, “relações exteriores”. (Plano “Avança Brasil”. Brasil, 1999b). A administração Lula manteve a política econômica, redirecionando a prioridade para a “inclusão social” (Plano “Brasil para Todos”, Brasil, 2004f). Reeleito, e apoiado em elevado grau de aprovação popular, iniciou a retomada da agenda internacional e projetos de mais longo prazo (Brasil, 2008b).

Sem ser possível precisar o que é causa ou consequência, tem-se que ao longo do período Lula houve significativa sinergia entre as concepções teóricas e a ação

⁴¹ Uma consequência lógica, a respeitar e buscar mitigar, haja vista o diferencial dimensional entre os países e, também, ao longo do processo de consolidação das fronteiras o país modificou bastante os limites originalmente concebidos em Tordesilhas.

⁴² Os quais, sob enfoque econômico e de interligação de infraestruturas, já contemplavam uma visão estratégica abrangente do espaço sul-americano, com ações em benefício da interligação do Brasil com o Pacífico e Caribe.



internacional do Brasil, que passaram a considerar o mesmo objeto, isto é, inserção do país no cenário internacional. Aproximadamente na mesma época em que o pensamento estratégico e geopolítico se alargava para além da concepção de desenvolvimento do território surgiu o discurso governamental de redinamizar as relações internacionais sob o novo paradigma da aproximação Sul-Sul. Assumiram relevância na agenda presidencial temas como Mercosul, África, Conselho de Segurança, Haiti (Brasil, 2010d), dentre outros.

Ainda que alguns possam associar a nova postura com os conceitos de *soft power* e *smart power*, é possível que a razão efetiva seja mais próxima um modelo mais “tipicamente brasileiro”, em construção⁴³. Como opção à assimetria e competição decorrente do modelo realista, o Estado brasileiro vem procurando construir sua visão de poder como atributo coletivo, privilegiando a ação diplomática e o multilateralismo enquanto instrumentos prioritários. Todavia, enquanto potência regional, ainda tem suas ações condicionadas ao grau de estabilidade interna⁴⁴ associado ao grau de estabilidade do entorno estratégico (Pecequillo, 2004a: 47-51, e 2004b: 63).

Em síntese, o pensamento estratégico brasileiro contemporâneo vem alargando seus limites territoriais de observação e análise. Do foco inicial relacionado com a integração dos espaços nacionais, vem passando a estudar a inserção brasileira em relação ao seu espaço circunvizinho e, mesmo, como *global player*. Indo mais além, de uma percepção inicial das Américas enquanto espaço homogêneo passou à compreensão do distanciamento que separam a realidade sul-americana dos demais espaços americanos (Monteiro, RG, 2001). Tal mudança de atitude trouxe ao debate a questão: como aumentar a Segurança Nacional em face dos espaços adjacentes e dos atores estratégicos em presença?

b. Segurança Nacional

Historicamente, a visão nacional quanto a S&D foi sistematizada através da Escola Superior de Guerra, que a partir de 1949, sob o lema *nesta casa estuda-se o Brasil* (Castello Branco *apud* Chaloub, 1982: 7) conformou as “Doutrina Nacional”, “Doutrina Militar Brasileira”, “Doutrina de Segurança Nacional” e a abordagem “Segurança & Desenvolvimento” (Arruda, 1984: 54-60; Alvarenga, 1984: 61:77; e Macedo, 1984: 86-90). Os conceitos iniciais adquiriram tal consistência que foram adotados a nível nacional,

⁴³ Um entendimento de poder construído, pela primeira vez, a partir da ótica de uma nação “do Sul”.

⁴⁴ Segurança pública é uma política específica e foge ao escopo deste trabalho. Todavia, além de ser desafio prioritário ao governo Dilma, é motivo de atenção das FA na medida em que trata-se de missão subsidiária destas, a exemplo da recente e ainda mantida ocupação militar no Rio de Janeiro.



podendo ser identificados em documentos estruturantes recentes (Brasil, 2010e; 2006; 2005; e 2002b).

Segurança Nacional é um constructo complexo, que é agravado por certa imprecisão conceptual. A partir da ideia derivam as questões do Desenvolvimento e da Defesa, assim como também pode desdobrar-se em Externa e Interna, bem como receber adjetivos como “humana”, “alimentar”, “económica”, etc. Nacional, por sua vez, pode derivar de Nação e associar-se a “brasileiro”, como também de “União federal”, sinalizando a estrutura superior do poder nacional. À essa heterogeneidade de possibilidades de enquadramento normativo, somam-se as diferenças decorrentes do ponto de vista específico de cada ator, conforme o entendimento próprio quanto ao caminho a seguir. Assim sendo, são inúmeras as políticas públicas que cooperam com a Segurança Nacional, das quais serão destacadas as da área de Defesa e das Relações Exteriores.

A primeira PDN teve como destaque principal o fato em si de ter sido escrita, ainda mais observando-se que antecedeu, em 3 anos, a existência do próprio MD! Como política, obviamente que informou apenas os “consensos possíveis” para a época, isto é, foi um documento reduzido, que sintetizou a leitura brasileira sobre o quadro internacional, e após estabeleceu objetivos, a orientação estratégica e diretrizes. É um marco inaugural do debate brasileiro contemporâneo sobre S&D, tendo sido dissecada em profundidade por Proença Jr & Diniz (1998). Aliás, a análise dos autores traz mais utilidade intelectual do que o texto normativo em si mesmo, na medida em que através dela é possível verificar-se o quanto havia de incertezas e inconsistências entre os *stakeholders* da época, que se não sabiam o que, efetivamente, deveria ser uma PDN, tinham certeza quanto às divergências conceituais quanto ao papel das FA, redemocratização, relacionamento civil-militar, Segurança Nacional, Defesa, etc. Talvez o principal mérito tenha sido, como informado pelo próprio presidente FHC (Brasil, 2002a: 543), a sinalização política de que as considerações sobre defesa não devem se restringir a círculos especializados, mas envolver também a sociedade como um todo, através de uma discussão informada, transparente e democrática

A segunda, e atual, PDN veio quase 10 anos após. Uma crítica inicial possível é quanto à coerência técnica do instrumento normativo. Utilizando ainda a palavra *defesa*, já esboçou conceitos de *segurança*. Sendo *política*, traz também a *estratégia*. Sendo *nacional*, todavia informa pouco ao Itamaraty, menos ainda aos demais entes da administração federal enquanto pormenoriza e aprofunda aspectos *setoriais* do Ministério



da Defesa. Com relação às esferas de atuação, verifica-se a marcada separação entre Defesa Nacional e Segurança Pública, todavia não informa com mesmo vigor qual a relação entre segurança nacional, segurança pública e defesa nacional. De mais positivo, verifica-se que busca incorporar à atenção os espaços da Amazônia Azul e a África, assim como se ocupa de aspectos da Segurança, quer Coletiva quer Cooperativa.

A partir de concepções estruturalmente diferentes, o presidente Lula inaugurou nova dinâmica diplomática, através do Itamaraty, que aumentou seu *status* no âmbito da administração federal, e da “diplomacia presidencial”. As novas propostas foram anunciadas logo ao início do governo (Silva, Amorim & Guimarães, 2003), tendo por ênfase a aproximação Sul-Sul e uma inserção internacional mais global. Ao final dos dois mandatos, tem-se que o discurso, na prática (Brasil, 2010b), significou a consolidação da proposta brasileira de criação do “G-4” “G-20⁴⁵”; maior dinâmica dos blocos estratégicos “Índia, Brasil e África do Sul” (IBAS), “Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul” (BRICS), CPLP e Mercosul; implantação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). A agenda externa priorizou ações quanto à Reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, Uso do Espaço, Desarmamento, Forças de Paz e Uso da Energia Nuclear.

Como *global player*, o Brasil aumentou sua cooperação em termos de Operações de Paz, no exemplo já consolidado do Haiti e, mais recente, em 2011, com a presença inédita do Brasil na Força de Paz do Líbano, comandando a *Maritime Task Force*. Com não menos relevância, cita-se que nos últimos 8 anos foram assinados, com papel fundamental do Itamaraty, acordos de interesse da Defesa com Estados Unidos, França, Espanha, Portugal, África do Sul, Índia, Rússia, Ucrânia, Itália, Turquia, República Tcheca, Argentina, assim como constituídos grupos de trabalho formais sobre S&D no âmbito do CDS, UNASUL, IBAS e BRICS (Brasil, 2011b).

Todavia, a articulação entre políticos, diplomatas e militares é ainda incipiente, ainda que seja algo fundamental à coordenação das políticas setoriais que levam à maior segurança externa do País, conforme teorização inicialmente feita por Menezes (1997). O interesse acadêmico militar pode ser verificado em Braga (2007) e Cardoso (2008), que tratam da visão militar acerca do relacionamento das armas com a diplomacia. Os

⁴⁵ O G-4 é constituído por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, tendo por finalidade a coordenação de esforços para a ocupação de assento permanente no Conselho de Segurança/ONU. O G-20 é integrado pelas 19 principais economias mundiais e representante da União Europeia, tendo finalidade o debate de assuntos de política económica.



acadêmicos civis de há muito também sugerem a conveniência de maior aproximação (Alsina, 2003), o que, na prática, somente vem ocorrendo de forma ocasional. A realidade é que, institucionalmente, Itamaraty e MD apresentam pouca aproximação, ainda que, a necessidade já seja percebida há anos (Brasil, 2003: 229 e Guimarães, 2004).

c. Conclusão parcial

Em síntese, a questão estratégica da integração nacional, prioritária até os anos 80, vem sendo substituída pela temática da inserção internacional, com mais ênfase nos dois últimos governos. Da mesma forma, o espaço estratégico platino vem cedendo espaço a uma abordagem mais abrangente do subcontinente e, principalmente, à inclusão da maritimidade como um dos vetores estratégicos nacionais. Nessa caminhada, a inserção brasileira avançou de uma preocupação com a liderança regional, ou em ser uma “voz do terceiro mundo”, para um posicionamento internacional de maior envergadura, dinamizando a participação em todos os fóruns internacionais relevantes e assumindo crescente responsabilidade no plano internacional.

Com relação à estabilidade regional, vem evoluindo de uma postura clássica, que associa Defesa – Instrumento Militar, para uma abordagem mais completa, sob a ótica Segurança – Integração Regional. Como consequência, se os processos iniciais dependiam de convergência política ou econômica para serem viabilizados, a exemplo do Mercosul, os projetos atuais já encontram no próprio vetor S&D um dos eixos estruturantes, como no caso da UNASUL. A integração vem avançando da esfera das infraestruturas e do comércio, mais unidimensionais, para o espaço da Segurança em sentido amplo, isto é, Meio Ambiente, Segurança Humana, etc.



5. Estratégia Nacional de Defesa

a. Enquadramento conceptual

A END (Brasil, 2008a) é um documento recente e inédito, o que leva à necessidade preliminar de definir a sua inserção conceptual no âmbito do pensamento brasileiro de S&D.

Uma primeira abordagem possível é através da interpretação literal, decompondo as palavras constitutivas da expressão e analisando seus respetivos significados. O termo “estratégia” encontra vários significados possíveis tendo sido alargado de algo histórico e próximo de “ações no campo de batalha”, para algo transversal às atividades de governo e produção de um país⁴⁶. Ainda que com múltiplas aceções, é possível extrair uma síntese mínima e consensual de que estratégia relaciona-se com o preparo ou com o emprego de opções que permitam alcançar objetivos previamente traçados. “Nacional”, como adjetivo qualificador, é algo mais complexo de esclarecer no caso brasileiro, na medida em que pode referir-se à estratégia da “Nação como um todo”⁴⁷, da “Administração Pública Federal”⁴⁸ ou, ainda, no âmbito desta, referir-se a algo “interministerial”⁴⁹. “Defesa”, a seu turno, associa-se à segunda parte do conceito “S&D”⁵⁰, visto anteriormente.

Outro enquadramento possível é através interpretação doutrinária. Sob tal ótica, uma “estratégia” é algo que se associa ao futuro (“planejamento estratégico”) ou ao presente (“ação estratégica”), estando diretamente vinculada aos objetivos delimitados por uma política superior, ao mesmo tempo em que gera consequências em outras formulações políticas específicas, de nível inferior. Assim sendo, em especial no modelo político brasileiro⁵¹, surgem dois caminhos possíveis: uma linha sequencial onde as políticas se interligam em relacionamento direto, e as estratégias referem-se apenas à política a qual se

⁴⁶ Uma síntese da perspectiva empresarial, com interessante tabela comparativa, é fornecida por Nicolau (2001: 4-6). Uma obra de fôlego, associando estratégia e Ciências Militares, foi organizada por Paret (1986). Com viés similar, e a mais-valia de acrescer uma visão brasileira, destaca-se Raposo Filho (1990). Uma topologia peculiar e recente foi proposta por Luttwak (2001: 130:274), associando estratégia e pensamento paradoxal.

⁴⁷ Associando-se ao conceito de “poder” e assumindo o sentido de “grande estratégia”, “estratégia total” ou “estratégia nacional” usualmente adotado, respetivamente, na Inglaterra, França e EUA (Brasil, 2004a: 1-3).

⁴⁸ Sentido sinónimo a “federal”, em diferenciação a estratégias “estaduais” ou “municipais”.

⁴⁹ Surgindo o viés “setorial” quando ligado a um determinado ministério e, mesmo, “subsetorial”, associado a determinada estrutura interna deste.

⁵⁰ O que permite desdobramentos múltiplos, a exemplo da Defesa Militar, Defesa Sanitária, Defesa Económica, etc.

⁵¹ Onde a Teoria Tripartite do Poder se desenvolve em ambiente de “hipertrofia do Executivo”, sendo muitas vezes tão (ou mais) relevante analisar o relacionamento dos líderes políticos com a alta burocracia estatal quanto com os congressistas. Como complemento, vide Fucille (2006: 181-195)



associam diretamente, ou uma linha única, onde a política superior liga-se à estratégia respectiva e esta, por sua vez, à política inferior, e assim sucessivamente. Sob tal racional, idealmente, haveria uma Política de Segurança, da qual derivaria uma Política de Defesa, às quais se associariam as correspondentes estratégia de segurança e estratégia de defesa.

Confrontando a teorização supra com a parte introdutória da END, verifica-se que há importantes divergências conceituais, o que é agravado quando se acrescenta à análise o confronto entre a PDN e a END. Afasta-se da essência da “estratégia”, na medida em que assume cenários, princípios e opções que pertencem ao escopo da “política”, Enquanto opção “de Defesa”, anuncia-se como instrumento de “Paz e Segurança”, abordando, inclusive, o tema “Segurança Nacional”. Como instrumento “Nacional”, tem-se que a elaboração do documento ocorreu sob a presidência do titular da pasta da Defesa, ainda que sob coordenação do Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, mais ligado à Presidência da República especificamente. Da mesma forma, verifica-se a ausência de representação de Ministérios fundamentais, quer à Defesa ou à Segurança, a exemplo da Justiça, Relações Exteriores, Saúde, Minas e Energia, Transportes e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, amplamente associáveis à conflitualidade e temática contemporânea de S&D⁵². A tendência à “setorização” é levada ao extremo na medida em que são expressos conteúdos de interesse da gestão interna do MD ou, mesmo, interno às Forças Singulares.

Por outro lado, buscando aspetos positivos, um destaque basilar é para a própria existência do documento, o que, num cenário de desapego histórico ao tema, por si só evidencia o empenho do Executivo em relação ao assunto. Mais além, se o texto reflete uma redação cuidadosa, quer “acomodando” o posicionamento da larga base de *stakeholders*, quer subtraindo presença de possíveis atores mais resistentes⁵³, também é certo que foi construído com o apoio de ampla consulta à sociedade, o que é outro mérito. Assim sendo, se criticável enquanto documento efetivamente útil quer à Segurança quer à Defesa, por outro lado contribuiu de forma relevante ao amadurecimento do relacionamento institucional, sendo importante marco para a agenda das políticas públicas de S&D.

⁵² Segurança Pública, Humana, Energética, Epidemiológica, Económica, etc.

⁵³ Um consenso mais alargado, que politicamente (ou parcialmente, caso prefira-se) ameniza as lacunas na formulação, foi obtido no Conselho de Defesa Nacional, onde têm assento o Ministro da Justiça e das Relações Exteriores, o qual aprovou unanimemente a END. Na esfera académica, em especial no que concerne à visão diplomática, a superação das arestas, a exemplo das críticas de Almeida (PR, 2009b: 5-9) somente se dará com a construção de uma “política de segurança”, geradora de sinergias entre Defesa e Itamaraty, no plano externo, e Defesa e Justiça, no plano interno.



Em síntese, independente da denominação, conceitualmente a END acaba por constituir-se num documento “híbrido”, abordando simultaneamente política e estratégia, bem como os níveis nacional, setorial e, mesmo, subsetorial. Ora diz “o que fazer” e ora informa o “como fazer”. Imperfeitamente, debruça-se sobre as questões da segurança ao mesmo tempo em que trata de aspectos “nacionais” (interministeriais) da Defesa. Na maior parte acaba mesmo por, em tese, “orientar as FA”, o que seria mais típico do relacionamento MD-FA⁵⁴.

b. A END propriamente dita

Trata-se de documento concebido para o médio e longo prazo, estruturado em três eixos: reorganização das FA, reestruturação da indústria brasileira de material de Defesa e composição dos efetivos das FA.

Reforçando opções históricas da sociedade brasileira, destaca a questão da solução pacífica dos contenciosos como traço da “personalidade” nacional, bem como a conveniência do Serviço Militar obrigatório enquanto instrumento de vínculo das FA com a Sociedade. Ao mesmo tempo, apresenta novos paradigmas, com impacto significativo no “Projeto de Força” e na “Articulação dos Meios”, na interoperabilidade, na Mobilização e em áreas temáticas de interesse, como a Nuclear, a Cibernética, a Espacial, bem como as duas “Amazónias” (Verde e Azul).

Apresenta certa ambiguidade com relação ao “defender-se de que? Quais as ameaças?”. Quanto a estas, é possível visualizar maior preocupação com relação a atores extra regionais (ameaças estatais), e nenhuma quanto ao “terrorismo” (ameaças não estatais). A generalidade da abordagem das ameaças poderia ser mitigada caso houvesse maior especificidade quanto às capacidades militares e não militares a desenvolver, o que também não ocorre em termos materiais, ficando restrito à enumeração dos três setores decisivos para a Defesa Nacional.

Destacando Defesa e Desenvolvimento como estratégias indissociáveis⁵⁵, a END todavia assume que primeira é indutora da segunda, o que, ainda que possível, aparentemente depende de recursos financeiros iniciais que, todavia, não foram esclarecidos em termos de origem e volume. Assim sendo, na prática, a END estará anualmente condicionada à programação orçamentária da União, o que dificulta bastante a

⁵⁴ Mais bem disciplinado na Política Militar, e na conseqüente Estratégia Militar de Defesa. Útil e atual, ainda que uma das primeiras propostas de Estratégia Militar Brasileira, a visão de Mattos (1986).

⁵⁵ O que de certa forma reforça a atualidade das ideias iniciais da Escola Geopolítica Brasileira e da Escola Superior de Guerra.



programação de maior prazo. De forma geral, visualiza-se que a estratégia foi concebida sem quaisquer limitações económicas, na medida em que não há qualquer referência, absoluta ou relativa, a recursos financeiros.

Verifica-se preocupação específica com as competências do Ministro da Defesa⁵⁶ e da estrutura ministerial, o que é indicativo do processo de implantação da pasta estar ainda imaturo, e não uma demanda de médio/longo prazo, objeto do documento. Da mesma forma, aborda-se a questão da “unificação das operações” das Forças ao mesmo tempo em que não se disciplina a estruturação de “Comandos Conjuntos”, temática que ficou restrita à constituição de “Estado Maiores Conjuntos”, o que não apenas é uma limitação operacional presente como mais grave será no longo prazo. Aborda-se a necessidade de planejamento por capacidades, mobilidade estratégica⁵⁷, distribuição territorial dos meios e, mesmo, mobilização sem contudo exprimir-se isso sob uma ótica que assegure um “projeto de força” único, conjunto. A questão não é solucionada na parte de orientações específicas às forças, as quais, em termos de operações conjuntas, não vai além das referências ao espaço aéreo, naturalmente adjacente a porções terrestres e marítimas e, logo, levando à necessidades de interoperabilidade.

A aparência de “redação cuidadosa” que a END transmite chega, inclusive, aos setores essenciais que, “coincidentemente”, são três, sendo dois tradicionalmente já associados à Marinha e Força Aérea. Assim sendo, o Brasil, curiosamente, “não considera essencial” à sua S&D tecnologias ligadas à navegação inercial (inclusive subaquática), supercomputação, biotecnologia, comunicações e criptologia, combustíveis e energias renováveis, meio ambiente, etc.

A questão dos recursos humanos é outro aspecto relevante do documento. Há clara preocupação em relação à formação de especialistas civis em Defesa, o que é diretamente associado à conformação de uma carreira pública na área, mas também a uma necessidade associada ao “controle civil”. A formação de especialistas militares em Defesa não é enfrentada, o que aparentemente significa uma ótica de que todos os profissionais militares

⁵⁶ Em tempos de paz, a questão pode ser estudada à luz das teorias da Administração, como qualquer das múltiplas disputas de poder que existem no âmbito das instituições burocráticas estatais. A dificuldade surge em cenários de emprego, em especial em situações de não Guerra ou expedicionárias. O Comandante militar responderá primariamente a quem: Comandante de sua própria Força? Chefe do Estado-Maior Conjunto? Ministro da Defesa? Presidente da República?

⁵⁷ Uma aparente contradição reside entre este conceito e a prescrição de que o Exército deverá concentrar suas reservas estratégicas no Centro do país. Primeiro, pois a “distância estratégica” se torna praticamente igual à “distância tática” dos Teatros. Na sequência, por restringir a presença de meios pesados no âmbito de tais reservas, na medida em que são limitadas as infraestruturas terrestres disponíveis para a concentração a partir de tal região e que subtrai-se a capacidade marítima de deslocamento.



são especialistas na área, o que, no mínimo, não é consensual. Outra questão, observando-se o papel adjudicado à Escola Superior de Guerra, é com relação à capacidade efetiva de simultaneamente desempenhar-se como *think tank* fomentador do debate entre as lideranças civis e militares e Instituição de Ensino Superior formadora de quadros especializados. Isso tudo em duas sedes, Rio de Janeiro e Brasília.

Na parte relativa à implementação, surge interessante diagnóstico, ao qual se associam “oportunidades de melhoria”, sem contudo surgir efetiva explicação do que ou como proceder. Um discurso relevante é o associado às questões dos “materiais de emprego militar”, associado à questão de recursos financeiros, quer para pesquisa e capacitação tecnológica quer sob a ótica comercial. Na medida em que não diferencia os itens⁵⁸ acaba tão-somente por criar um amplo contexto protecionista, tratando a indústria de forma homogênea e atribuindo relevância similar à setores tão díspares quanto a produção de munições de pequeno calibre e de combustíveis para satélites, passando pelo fabrico de rações de campanha e calçados.

Há uma parte específica para as Hipóteses de Emprego das FA. Que pese a expressão “emprego conjunto”, um avanço, o texto apresenta mais lacunas que esclarecimentos. Para a Amazônia há hipótese de “forças militares muito superiores”, enquanto para a Amazônia Azul pensa-se apenas em termos de “conflito armado”, o que leva à incoerência de atribuir-se vontade a um oponente extra regional que de tão difuso sequer foi nomeado. Para as demais áreas estratégicas – Brasil continental, interesses brasileiros no exterior, Antártida, etc – não há qualquer comentário. Como também para as ameaças transnacionais, como terrorismo, narcotráfico, armas de destruição em massa, etc., que também não são mencionadas. Reduz-se a incerteza, ainda que de forma mínima, quando são elencadas as capacidades desejadas às FA.

Tecnicamente muito bem estruturada é a formulação destinada a área de Ciência, Tecnologia & Inovação e à Indústria de Material de Defesa. Possivelmente em consequência de serem áreas com especialistas mais acostumados ao planejamento estratégico, tem-se um texto curto e pragmático, ainda que mais associado à “política de segurança” do que “estratégia de Defesa”⁵⁹. A parte de Inteligência, por sua vez, é bastante reduzida, apresentando conceitos mais doutrinários do que políticos ou estratégicos.

A parte mais pragmática do documento é a que engloba as “ações estratégicas”, no

⁵⁸ Tecnologias bloqueadas, tecnologias sensíveis, alto valor tecnológico, uso dual civil-militar, etc.

⁵⁹ O que, sendo opção transversal a todo a END, que é “híbrida”, não pode ser visto como falha desta parte em especial.



total de dezesseis. No âmbito estas surgem orientações mais abrangentes, “nacionais”, como as relacionadas com a estabilidade regional, inserção internacional e infraestruturas, por exemplo.

c. Sugestões

A hipótese de que a END foi muito mais um “documento de consensos possíveis” do que um “documento técnico de S&D” é corroborada pela recente previsão legal de constituição de um “Livro Branco da Defesa Nacional” (Brasil, 2010f). Verifica-se que houve certo “alargamento dos consensos” tanto da análise dos tópicos que a lei prevê constarem neste documento estruturante como, especificamente, por tratar-se de Lei Complementar⁶⁰. Em 2012, e a partir daí em ciclos quadrienais, o Executivo deverá apresentar atualizações do cenário estratégico, da PDN e da própria END, tópicos aos quais deverá acrescentar informações sobre a modernização das FA, racionalização e adaptação das estruturas de Defesa, suporte económico das atividades de Defesa, dados institucionais e materiais das FA e operações de Paz e Humanitárias. Assim sendo, surge oportunidade relevante para a apresentação de sugestões de aperfeiçoamento relacionadas à investigação que se conduziu, a qual é mais relacionada com os tópicos iniciais: conjuntura de S&D, PDN e END.

Seguindo-se a ordem temática acima, considera-se importante que o cenário estratégico seja ajustado à realidade brasileira perspectivada tanto para o ciclo imediato de quatro anos quanto sob uma ótica de longo prazo. Isso significa, por exemplo, clarificar o relacionamento do Brasil com os principais atores internacionais (EUA, China, UE, etc), parceiros estratégicos (CPLP, Mercosul, etc.) e países do entorno regional, tanto considerando-se o entorno Sul-americano quanto o Atlântico Sul. Significa, também, incorporar ao mesmo a visão do Itamaraty, tanto acerca do relacionamento acima quanto inserindo os temas de impacto na área de S&D, como os relacionados com a reforma dos mecanismos de Governança Mundial, uso do Mar e Espaço, Meio Ambiente, Desarmamento, etc. Significa, ainda, melhor expor a relação da Defesa com a Segurança Pública e, mesmo, resposta a crises ambientais. Por outro lado, se aprofundar a análise de cenário é um ajuste necessário e decorrente de uma crescente inserção internacional, por outro lado também é mutuamente associado com a assunção de maiores responsabilidades,

⁶⁰ À luz do ordenamento jurídico brasileiro, as leis complementares são leis especiais, reservadas à temáticas específicas e estruturantes, com posicionamento hierárquico entre as leis constitucionais e as leis ordinárias. Como consequência da prioridade que tem sobre estas últimas, demanda processo legislativo especial, com maioria qualificada (maior).



e riscos, no plano internacional.

Na sequência, e independente do nome que se atribua, é conveniente associar-se decisivamente a PDN, enquanto documentação estruturante inicial e hierarquicamente superior, ao conceito de “Segurança”. Sob tal ótica, esta convém considerar tanto a Segurança externa quanto a interna, o que a transformará em instrumento orientador não apenas das Políticas Setoriais de Defesa, das Relações Exteriores e Segurança Pública, mas também da parcela das políticas de C&T, Saúde, Energia, etc. Amplas são as perspectivas a debater, tanto para os períodos de Paz quanto para a Gestão de Crises, do Multilateralismo ao Emprego da Força, sendo a finalidade maior obter uma “visão comum” transversal, no mínimo, ao Itamaraty, MD e Gabinete de Segurança Institucional (Presidência da República).

Um potencial aperfeiçoamento à END passa, inicialmente, pela necessidade de maior objetividade, o que só é possível se obter à medida que deixe de ser “híbrida” e assuma viés efetivamente de “estratégia”. Da mesma forma, necessita ser mais “nacional”, decorrente tanto de construção com maior contribuição interministerial, quanto da descentralização das estratégias setoriais para o plano interno de cada ministério. Assim sendo, parte (significativa) de seus conteúdos poderão migrar para o âmbito das Políticas e Estratégias Militares, setoriais e sob responsabilidade do MD, ou mesmo para as políticas e estratégias “militar terrestre”, “naval” e “aeroespacial”, sob génesis mais peculiar às FA especificamente.

d. Conclusão parcial

A END é um documento autónomo, que pouco se associa à PDN, e menos relação ainda tem com a PEB. Que pese ser um marco no debate brasileiro de S&D, acaba por ser uma construção excessivamente abrangente, divergindo dos objetivos conceitualmente visualizados para uma estratégia setorial. Refletindo dificuldades internas da sociedade brasileira, a END é imprecisa quanto à diferenciação de S&D, quanto ao papel da Defesa no plano interno e com relação a temas emergentes (mas delicados) como o terrorismo. Por outro lado, é um documento autóctone e que mobilizou rol significativo de atores em sua elaboração, o que permitiu avanços na esfera legislativa e, mesmo, conceptual, a ponto de assumir-se nova metodologia de formulação estratégica, quadrienal, sob novo instrumento (em fase de implantação), o Livro Branco da Defesa Nacional.



Conclusão

O presente trabalho de investigação foi proposto tendo por questão central o a convergência entre a PDN e END brasileiras, entre si e em relação à inserção internacional e contexto estratégico do país. Como elemento de auxílio, foram delimitadas questões derivadas, lembrando: Qual a conceção de poder adotada pelo Brasil? qual a inserção política e estratégica do Brasil? A END é coerente com a Política Externa Brasileira (PEB) e com a PDN? Quais os aperfeiçoamentos a implementar? Da literatura consultada e análises realizadas, optou-se por consolidar os conteúdos investigados ao abrigo de quatro eixos estruturantes: perceção de poder, pensamento estratégico, conformação da segurança nacional no plano externo e, obviamente, END propriamente dita.

Com relação à teoria do poder, verifica-se que o Brasil apresenta a peculiaridade de dispor de situação favorável no que diz respeito a recursos materiais, consequência principalmente de sua dimensão territorial e populacional. Tal cenário é otimizado em consequência dos avanços obtidos no que concerne à integração nacional, estabilidade económica e inclusão social, o que leva a perspectiva positiva à luz das teorias mais próximas da Geopolítica e de uma visão mensurável do poder (potencial de poder). Por outro lado, a sociedade e as lideranças brasileiras construíram uma visão própria do mundo, a qual privilegia uma abordagem mais compreensiva e plural dos fenómenos internacionais, no que se aproxima mais dos conceitos filosóficos de Arendt do que das perspectivas realistas do *soft, hard ou smart power*. Tem-se, em síntese, que a postura brasileira com relação ao constructo poder é associada ao Multilateralismo, priorizando a solução diplomática e a busca de consensos internacionais, numa postura teórica autóctone.

Com relação à inserção política e estratégica, tem-se que o contexto brasileiro contemporâneo é caracterizado por nítida mudança de paradigma. De uma atenção prioritariamente voltada para a integração nacional, o pensamento estratégico vem migrando esforços para as questões da inserção internacional. Quanto a esta, tem-se que o centro de gravidade vem sendo deslocado do espaço platino para uma visão territorial mais ampla, que engloba a América do Sul e o Atlântico Sul como um todo. Igual alargamento é percebido quanto aos temas de interesse, anteriormente mais próximos das questões com a Argentina e do Terceiro mundo e contemporaneamente relacionados com os grandes temas da agenda mundial. Verifica-se, portanto, que o Brasil vem se inserindo como *global player* do sistema internacional, com uma agenda mais condicionada ao entorno estratégico, a exemplo do Mercosul, UNASUL e CDS, e outra mais alargada, como no



âmbito do BRICS e IBAS.

Com relação à interdependência entre a PEB e a PDN, bem como sobre o relacionamento destas com a END, o cenário é mais complexo. A questão demandou a apreciação do pensamento nacional sobre S&D como um todo, ainda que delimitado à esfera externa. Verifica-se nítida tentativa de adoção do conceito de Segurança, como elemento mais alargado e que contém o conceito de Defesa em seu interior. Todavia, tal se dá sob a ótica peculiar de cada *stakeholder*, o que leva à ausência de uniformidade no âmbito das políticas setoriais, isto é, PEB e PDN são relativamente distanciadas entre si, não derivando de um pensamento comum de S&D. A questão se agrava em função do processo de construção da END, o qual acabou levando ao predomínio não apenas da visão Defesa, mas também à ênfase nas questões da Defesa Militar. De forma *sui generis* a END traz em seu bojo suas próprias orientações quanto ao cenário estratégico e opções políticas. Em consequência, objetivamente, à luz da END em vigor não é possível verificar-se a coerência da mesma nem com a PDN e muito menos com a PEB, na medida em que é verdadeiro documento autônomo.

Com relação às sugestões de aperfeiçoamento, tem-se que as mesmas são de ordem conceptual e com relação ao conteúdo. A questão inicial é relacionada com a topologia normativa, visualizando-se a necessidade de haver uma política superior que seja vocacionada para a Segurança Nacional (ou o nome que se queira) e, a partir da qual surjam as políticas setoriais. Em outras palavras, a PEB e a PDN são políticas hierarquicamente equivalentes, geradas no seio de estruturas diferentes da ação estatal e carecem de um elemento orientador, e agregador, superior. Com igual lógica, a política superior aqui proposta, se e quando delineada, convém dispor de estratégia própria, informando à ação ministerial subordinada os constrangimentos relacionados ao “como fazer”. De destacar que a implementação do Livro Branco da Defesa pressupõe a revisão do cenário estratégico e a participação de múltiplos ministérios, o que potencialmente solucionará parte da questão aqui exposta. Todavia, no que concerne à revisão da PDN e END previstas no contexto do mesmo documento, apenas solucionará se, independente do nome, o escopo assumido for Segurança. E, se assim for, alinhada com esta deverá ser reformulada a PEB e outra política nacional que, voltada para a Defesa, não pode ser confundida com a política setorial, a cargo do Ministério respectivo. Pensa-se que somente após a obtenção dos consensos acima referidos é que será pertinente buscar aperfeiçoamentos de conteúdo, alguns dos quais foram sugeridos ao longo do capítulo



cinco, mas que, certamente, melhor serão definidos quando feitas as escolhas.

Assim sendo, encerra-se o presente documento, o qual se propôs a comunicar os resultados e entendimento pessoal acerca da situação atual e cenários futuros do pensamento estratégico e de S&D deste país “continente” chamado Brasil.

EDUARDO XAVIER FERREIRA MIGON
Major de Cavalaria
Exército Brasileiro



Referências Bibliográficas

ABREU, Gustavo de Souza (2007). *Equilíbrio Estratégico na América do Sul: o papel do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

ALMEIDA, Paulo Roberto (2009a). *Sobre políticas de Estado e políticas de governo*. [em linha]. [referência de 25 de abril de 2011]. Disponível na internet em: <http://diplomattizando.blogspot.com/2009/07/1218-sobre-politicas-de-estado-e.html>

ALMEIDA, Paulo Roberto (2009b). *Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes*. [em linha]. [referência de 05 de janeiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/view/741/456>

ALMEIDA, Políbio F. A. V. (1990). *Do poder do pequeno estado: enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais e Políticas).

ALSINA, João Paulo Soares (2003). A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa. *Revista brasileira de política internacional*, v. 46, n. 002, p. 53-86.

ALVARENGA, Antonio Candido Graça (1984). *Doutrina Militar Brasileira*. In Revista da Escola Superior de Guerra, ano I, v. II, n. 2. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1984.

ANGELL, Norman (1910). *The Great Illusion*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza & BRAY, Silvio Carlos (2002). *Geografia e Geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. In Do Natural, do Social e suas Interações: visões geográficas*. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP. [em linha]. [referência de 09 de fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2002/geografia.pdf>.

ARENDT, Hannah (1972). *Crises of the Republic*. Edição brasileira. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ARENDT, Hannah (1970). *On Violence*. Edição brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARMITAGE, Richard L. & Nye, Joseph S. (2007). *CSIS Commission on Smart Power: a smarter and more secure America*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies (The CSIS Press).

ARRUDA, Antonio de (1984). *Origens*. In Revista da Escola Superior de Guerra, ano I, v. II, n. 2. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1984.



BACKHEUSER, Everardo (1952). *Geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert S/A.

BASSO, Maristela (2007) (Org). *Mercosul – Mercosur: estudos em homenagem a Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Atlas.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira (2005). *Brasil, Argentina e América do Sul*. Estudos Avançados, vol. 19, nº 55, p. 65-74. [em linha]. [referência de 09 de fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300005.

BEAUFRE, André (1963). *Introduction à la Stratégie*. Paris: Librairie Armand Colin. edição brasileira. tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. (disponível edição portuguesa. Lisboa: Edições Silabo, 2004)

BESSA, António Marques & PINTO, Jaime Nogueira (2001). *Introdução à Política: o Poder, o Estado e a Classe Política*. Lisboa: Editorial Verbo.

BOBBIO, Norberto (2000). *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Campus.

BOBBIO, Norberto (1989). *Il terzo assente. Saggi e discorsi sulla pace e la guerra*. Edição brasileira. Prefácio de Celso Lafer. São Paulo: Manole, 2009.

BOBROW, Davis B. (1965) *Components of Defense Policy*. Chicago: Princeton University.

BORGES, Pedro M. B. S. de V. (2010). *A Equação de Cline no contexto atual (título provisório)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Proposta de tema de dissertação (Mestrado em Estratégia)

BRAGA, Rui Cesar Pontes (2007). *Iniciativas para aperfeiçoar a articulação entre as esferas militar e diplomática: uma proposta*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Estratégia).

BRASIL (2011a). *Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. [em linha]. [referência de 02 de abril de 2011]. Brasil: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível na internet em: <http://www.ibge.gov.br/home>

BRASIL (2011b). *Portal do Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores*. [em linha]. [referência de 25 de abril de 2011]. Brasil: Ministério das Relações Exteriores. Disponível na internet em: <http://www.itamaraty.gov.br/>

BRASIL (2010a). Comando do Exército. Portaria n. 734, de 19 de agosto de 2010. *Conceitua Ciências Militares, estabelece a sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo*.

BRASIL (2010b). *Balanço de Política Externa 2003/2010*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão.



BRASIL (2010c). *Programa Calha Norte: 25 anos*. Brasília: Ministério da Defesa, Assessoria de Comunicação.

BRASIL (2010d). *O Brasil no Haiti: O esforço da reconstrução*. Brasília: Ministério da Defesa, Assessoria de Comunicação.

BRASIL (2010e). *Política de Ensino de Defesa*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL (2010f). *Lei complementar n. 136, de agosto de 2010. Cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplina as atribuições do Ministro de Estado da Defesa*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL (2009a). *Manual Básico*. v. I e II. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa, Escola Superior de Guerra.

BRASIL (2009b). *Estratégia Braço Forte*. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx).

BRASIL (2008a). *Estratégia Nacional de Defesa: Paz e segurança para o Brasil*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL (2008b). *Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade (Plano Plurianual 2008-2011)*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

BRASIL (2007a). Ministério da Defesa. *Criação do Ministério da Defesa era uma coisa antiga*. [em linha]. [referência de 12 de janeiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/conhecaomd/conhecaomd.php>.

BRASIL (2007b). Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 6217, de 4 de outubro de 2007. *Dispõe sobre as competências do Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, e dá outras providências*.

BRASIL (2007c). *Diretriz geral do Comandante do Exército*. Brasília: Exército Brasileiro (Gabinete do Comandante do Exército)

BRASIL (2006). *O Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro (SIPLEX)*. Brasília: Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. (CD-ROM).

BRASIL (2005). *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL (2004a). *Estratégia (Manual de Campanha)*. Brasília: Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército.

BRASIL (2004b). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R. & SILVA, R. D. P (Organizadores). Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação.



BRASIL (2004c). *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança*. PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R. & SILVA, R. D. P (Organizadores). Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação.

BRASIL (2004d). *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País*. PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R. & SILVA, R. D. P (Organizadores). Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação.

BRASIL (2004e). *Desafios na atuação das Forças Armadas*. PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R. & SILVA, R. D. P (Organizadores). Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação.

BRASIL (2004f). *Brasil para Todos (Plano Plurianual 2004-2007)*. Brasília: Ministério do Planejamento.

Brasil (2003). *Mensagem ao Congresso Nacional: Defesa Nacional e Política Externa*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.

Brasil (2002a). *Mensagem ao Congresso Nacional: Defesa Nacional*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL (2002b). *Estratégia Militar de Defesa (Manual)*. Brasília: Ministério da Defesa, Estado-Maior de Defesa

Brasil (2001). *Mensagem ao Congresso Nacional: Capítulo VIII – Defesa Nacional*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL (2000). Comando do Exército. Portaria n. 517, de 26 de setembro de 2000. *Define Ciências Militares, fixa sua abrangência e estabelece a finalidade de seu estudo*.

BRASIL (1999a). *Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL (1999b). *Plano Avança Brasil (Plano plurianual 2000/2003)*. Brasília: Ministério do Planejamento.

BRASIL (1996a). *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL (1996b). *Plano plurianual 1996-1999*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

BRASIL (1988). *Constituição Federal (redação conforme a Emenda Constitucional nº 67, de 23 de dezembro de 2010)*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.



BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2009). *Nação, Sociedade Civil, Estado e Estado-Nação: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo).

BROMILEY, Philip & JOHNSON, Scott (2005). *Mechanisms and empirical research*. In *Research methodology in strategy and management*. v. 2. Oxford: Elsevier.

CARDOSO, Giucemar Tabosa (2008). *O diplomata e o militar: uma aproximação desejável*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores)

CAROLI, Luiz Henrique (2010). *A Importância Estratégica do Mar para o Brasil no Século XXI*. In *Cadernos de Estudos Estratégicos*, Ano 2010, nº 9, p.118-157.

CASTRO, Celso (2007). *Relações civis-militares no Brasil atual: a opinião dos especialistas civis*. *Anais do 1º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

CASTRO, Therezinha de (1981). *Atlas-texto de geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Capemi.

CASTRO, Thiago Castro de (1985). *Espaços Geográficos: Sistemática de Estudo*. reimpressão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

CAUBET, Chistian (1989). *As grandes manobras de Itaipu*. São Paulo: Ed. Acadêmica.

CELERIER, Pierre (1955). *Géopolitique et Géostratégie*. Paris: Presses Universitaires de France.

CEBRI (CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS) (2007). *O Brasil na América do Sul: Relatório Final*. [em linha]. [referência de 12 de março de 2011]. Disponível na internet em: http://www.cebri.org.br/pdf/377_PDF.pdf

CHALOUB, Alzir Benjamin (1982). *Prefácio*. In *Manual Básico*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983.

CLINE, Ray S. (1977). *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Washington: Georgetown University.

COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia: apontamentos para um curso*. vol. I e II. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

CRAWFORD, Richard (1994). *Na Era do Capital Humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças económicas*. São Paulo: Ed. Atlas.

DAVIS, James A. (1976). *Levantamento de Dados em Sociologia: Uma Análise Elementar*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.



DIAMINT, Rut (2000). *Demilitarization and the Security Agenda*. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella.

EBRAICO, Paulo Rubrea Bretanha Mendonça (2006). *As opções de Geopolítica Americana: o caso do Golfo Pérsico*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) (2009). *American "Smart Power": Diplomacy and Development Are the Vanguard*. [em linha]. [referência de 01 de abril de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.state.gov/documents/organization/122788.pdf>

FERREIRA, Oliveiros S. (2007). *Conceitos Estratégicos da II Guerra Mundial ao Pós-guerra Fria*. In Eliézer Rizzo de Oliveira (Org.). *Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina.

FERREIRA, Marcos Alan Fagner dos Santos (*sine data*). *Definições conceituais para o entendimento da Política Externa dos Estados Unidos: as noções de poder duro (hard power) e poder brando (soft power)*. [em linha]. [referência de 25 de março de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Marcos.pdf>

FLORES, Mario Cesar (2007). A dimensão estratégica do Brasil. *Jornal O Estado de São Paulo*, 12 de setembro de 2007. Seção Opinião.

FLORES, Mario Cesar (2002). *Reflexões Estratégicas: Repensando a Defesa Nacional*. São Paulo: É Realizações.

FONTANA, Andrés (2001). *Re-founding Hemispheric Security: Toward a Democratic Community of American States*. Buenos Aires: Universidad de Belgrano.

FONTOURA, Luís (2007). O Poder na relação externa do Estado: A Equação de Cline. In *Cadernos Navais*. n. 21. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha.

FREEMAN, Robert E. (1984). *Strategic Management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman.

FREITAS, Jorge Manuel Costa (1999). *A Escola Geopolítica Brasileira*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas. edição brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

FREY, Klaus (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In *Planejamento e Políticas Publica*. n. 21.

FUCCILLE, Luís Alexandre (2006). *A Defesa Nacional na agenda legislativa brasileira: um balanço crítico*. *Security and Defense Studies Review*, v. 6, n. 2.



GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G. & SEIBEL, Erni José (2008). Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. [em linha]. In *Revista de Ciências Humanas*. [referência de 15 de janeiro de 2011]. Florianópolis: EDUFSC. v. 42, n. 1 e 2. Disponível na internet em: http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch42/RCH42_artigo_10.pdf

GIDDENS, Anthony (2001). *A Terceira Via e Seus Críticos*. São Paulo: Record.

GROTIUS, Hugo (1625). *De iure belli ac pacis*. Edição brasileira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

GRUMBACH, Raul J. S. (1997). *Cenários Prospecivos: como construir um futuro melhor*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2004). *Uma Estratégia Militar para o Brasil*. In Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Almeida Pinto, J. R. *Et al.* (organizadores) Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (1999). *ALCA E MERCOSUL: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

GUZZINI, Stefano (2009). *On the measure of power and the power of measure in International Relations*. Copenhagen, Denmark: Danish Institute for International Studies.

HAGE, José Alexandre A. (2004). *As relações diplomáticas entre Argentina e Brasil no Mercosul*. Curitiba: Juruá.

HAIR, Joseph F., ANDERSON, Rolph E., TATHAM, Ronald L., BLACK, William C. (2006). *Análise Multivariada de Dados*. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman.

HAWKSWORTH, John (2006). *The World in 2050: How big will the major emerging market economies get and how can the OECD compete?* London: PricewaterhouseCoopers.

HAWKSWORTH, John & TIWARI, Anmol (2011). *The World in 2050: the accelerating shift of global economic power*. London: PricewaterhouseCoopers.

HENRIQUES, Mendo Castro & PARADELO, António (2006). Uma fórmula de Soft Power. In *Revista Nação & Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, n. 113.

HERMAN, Michael (1996). *Intelligence power in peace and war*. New York: Cambridge University Press.

HEYE, Thomas (2005). *Os Determinantes Políticos nos Gastos Militares Pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política).

HIRST, Mónica (1995). *Security Policies, Democratization and Regional Integration in the Southern Cone*. Buenos Aires: FLACSO Working Documents.



HUNTER, Wendy (1996). *State and Soldier in Latin America. Redefining the Military's Role in Argentina, Brazil and Chile*. Washington: United States Institute of Peace.

HUNTIGTON, Samuel P. (1957). *The Soldier and The State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press. Edição brasileira. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

JANOWITZ, M. (1960). *Professional Soldier: A Social and Political Portrait*. Glencoe, Illinois: The Free Press. Edição brasileira. *O Soldado Profissional: um Estudo Social e Político*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1967.

JOHNSON, John J. (1996). *Militares y Sociedad en América Latina*. Buenos Aires: Solar y Hachette.

KANT, Immanuel (1795). *A Paz Perpétua: um Projecto Filosófico*. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

LAFER, Celso (2003). *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. São Paulo: Paz e Terra.

LAFER, Celso (1997). A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo. vol. 11, n. 30.

LUTTWAK, Edward N. (2001). *Strategy: The Logic of War and Peace*. Cambridge: Harvard University Press. Edição brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

MACEDO, Ubiratan Borges de (1984). *Origens Nacionais da Doutrina da Escola Superior de Guerra*. In *Revista da Escola Superior de Guerra*, ano I, v. II, n. 2. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1984.

MADEIRA, César Martinho Gusmão Reis (2009). *O Sistema de Planeamento de Forças Nacional: Implicações da Adopção do Modelo de Planeamento por Capacidades*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha.

MARQUES, Adriana Aparecida (2001). *Concepções de Defesa nacional: 1950-1996*. Campinas: UNICAMP. Dissertação (Mestrado em Ciência Política).

MARTINS FILHO, João Roberto (2001). *O Governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás*. [em linha] [referência de 7 de novembro de 2010]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Disponível na internet em: <http://www.crab.rutgers.edu/~goertzel/martins.html>

MATHIAS, Suzeley Kalil (2003). *Relações civil-militares e os desafios da cooperação regional*. Santiago: Centro de Estudos de Defesa.



MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller *et* GIANNINI, Renata Avelar (2008). *Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 51 (1). Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

MATTOS, Carlos de Meira (2002). *Geopolítica e Modernidade. Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MATTOS, Carlos de Meira (1990). *Geopolítica e teoria de fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MATTOS, Carlos de Meira (1986). *Estratégias Militares Dominantes: sugestões para um Estratégia Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

MATTOS, Carlos de Meira (1980). *Uma geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MENEZES, Delano Teixeira (1997). *O militar e o diplomata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira (2011). *Pensamento Estratégico no Brasil Contemporâneo: há coerência entre o softpower e o hardpower?* Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Disciplina Evolução do Pensamento Estratégico)

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira (2010). *O papel político-constitucional das Forças Armadas da América do Sul: contribuições ao aperfeiçoamento das políticas públicas do Estado brasileiro*. (título provisório). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Tese (Doutorado em Ciências Militares – pré qualificação)

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira (2006). *O papel jurídico-constitucional das Forças Armadas do Cone Sul como fator de influência na integração militar regional*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Bases Geo-históricas da Formulação Estratégica).

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira (2005). *Papel político das Forças Armadas no Cone Sul da América do Sul à luz das Constituições*. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito).

MIYAMOTO, Shiguenoli (2007). *Forças Armadas, defesa e segurança: um novo tempo uma nova agenda*. In Strategic Evaluation: International Journal of Defense & Conflict Analysis. [em linha] [referência de 02 de abril de 2011]. Corunha, Galiza: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz. Disponível na internet em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/strategicevaluation1.pdf>

MONTEIRO, Jorge Vianna (2007). *Como funciona o Governo: escolhas públicas na democracia representativa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

MONTEIRO, Raymundo Guarino (2001). *Uma percepção sobre a Defesa e a Segurança Hemisférica*. Buenos Aires: IV Encuentro Nacional de Estudios Estratégicos.



MOREIRA, Adriano (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina. 6ª edição, 2010.

NEVES, Eduardo Borba & DOMINGUES, Clayton Amaral (2007) (Orgs). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal.

NICOLAU, Isabel (2001). *O Conceito de Estratégia*. [em linha] [referência de 02 de abril de 2011]. Disponível na internet em: [http://pcc5301.pcc.usp.br/PCC%205301%202005/Bibliografia%202005/Conceito%20Estrat%C3%A9gia%20\(Nicolau\).pdf](http://pcc5301.pcc.usp.br/PCC%205301%202005/Bibliografia%202005/Conceito%20Estrat%C3%A9gia%20(Nicolau).pdf)

NYE, Joseph S. (2009). *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Gente.

NYE, Joseph S. (2007a). *Smart Power*. [Em linha] [referência de 15 de janeiro de 2011]. Disponível na internet em: http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/smart-power_b_74725.html

NYE, Joseph S. (2007b). *Public Diplomacy and Soft Power*. [Em linha] [referência de 15 de janeiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://ann.sagepub.com/cgi/content/abstract/616/1/94>

NYE, Joseph S. (2006). *In Mideast, the Goal is 'Smart Power'*. [Em linha] [referência de 18 de Janeiro 2011]. Disponível na internet em: http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/1590/in_mideast_the_goal_is_smart_power.html

NYE, Joseph S. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.

NYE, Joseph S (2002). *Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: UNESP.

OLIC, Nelson Bacic & CANEPA, Beatriz (2004). *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de & ONUKI, Janaina (2000). *Brasil, MERCOSUL e a Segurança Regional*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 43 (2). Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

OLIVEIRA, António (2008). *As Fontes de Poder na actualidade: o papel das Forças Armadas na prevenção, gestão e resolução de conflitos*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto).

OLIVEIRA, Caio Túlio Salgado de (2007). *Novos paradigmas para a cooperação entre o Exército Brasileiro e os Exércitos dos países da América do Sul*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Política e Estratégia).



OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (2006). Considerações Políticas sobre a Defesa Nacional. In *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. [em linha]. [Referência de 15 de janeiro de 2011]. Disponível na internet em <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=101>.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (2005). *Democracia e Defesa Nacional*. São Paulo: Manole.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de & LEÇA, Fernando (2007). *Introdução*. In Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. Eliézer Rizzo de Oliveira (Org.). São Paulo: Fundação Memorial da América Latina.

OLIVEIRA, Maria Marly de (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (2010). *Comprehensive Operations Planning Directive*. Interim Version. Brussels: Allied Command Operations.

OWEN, John M. (2000). *How liberalism produces democratic peace*. In: BROWN, Michael E. *et al.* Theories of war and peace. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

PAGLIARI, Graciela de Conti (2009). *Segurança Regional e Política Externa Brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul (1990-2006)*. Brasília: Universidade de Brasília. Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais).

PARET, Peter (1986). *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press. Edição brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2004a). *Brasil, segurança internacional e interesse nacional*. In Strategic Evaluation: International Journal of Defense & Conflict Analysis. [em linha] [referência de 02 de abril de 2011]. Corunha, Galiza: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz. Disponível na internet em: <http://www.ecsbrdefesa.com.br/fts/strategievaluation1.pdf>

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2004b). *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Rio de Janeiro: Vozes.

PORTUGAL (2010a). *Aviso Ministerial (Ministro dos Negócios Estrangeiros) n. 255/2010, de 17 de setembro de 2010*. Lisboa: Diário da República n. 182, Série I-A.

PORTUGAL (2010b). *Trabalhos de investigação (Norma de Execução Permanente n. 218)*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

PORTUGAL (2007). Instituto de Estudos Superiores Militares. *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica (Manual Escolar)*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.



PORTUGAL (1991). *Resolução da Assembleia da República n. 26/91, de 23 de agosto de 1991*. Lisboa: Diário da República, n. 193, Série I-A)

PROENÇA Júnior, Domício & DINIZ, Eugenio (1998). *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª edição. Lisboa: Gradiva.

RABELLO, Miguel Angelo Campagnac (2006). *Segurança Cooperativa e Integração Militar no Mercosul: viabilidade de uma Força Multinacional permanente*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares).

RAPOSO FILHO (1990). *Dimensões da Estratégia: Evolução do Pensamento Estratégico*. 2 vol. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

REALE, Miguel (1991). *Prefácio*. In SANTOS, Murillo. *O caminho da profissionalização das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. [introdução com páginas não numeradas]

REBELO, Aldo & FERNANDES, Luis (2003). (Orgs.). *Política de Defesa para o Século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

REBELO, Aldo; FERNANDES Luis & CARDIM, Carlos Henrique (2002). (Orgs.). *Política externa do Brasil para o Século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

RIBEIRO, António Silva (2007). *Modelo Português de Planeamento Estratégico e de Forças: Processo e Deficiências*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha.

RIBEIRO, Fábio Pereira (2004). *Cooperação Estratégica para Formação da Competitividade e da Defesa Regional*. Buenos Aires: IV Encuentro Nacional de Estudios Estratégicos.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo (2010). *A nova Geografia Militar: Logística, Estratégia e Inteligência*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana).

RUSSELL, Bertrand (1938). *Power: A New Social Analysis*. London: George Allen & Unwin Ltd.. Tradução brasileira de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RUSSET, Bruce (1996). *Grasping the Democratic Peace*. New Jersey: Princeton University Press.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis (2007). *Controle civil sobre os militares e Política de Defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai*. (Org.). São Paulo: Editora UNESP (Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP).



SANTOS, Maria Helena de Castro (2004). *A nova missão das forças armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 54.

SANTOS, Murillo (1991). *O caminho da profissionalização das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

SATO, Eiiti (1998). *40 anos de política externa brasileira, 1958-1998 : três inflexões*. Revista Brasileira de Política Internacional, n. 41. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

SCHWARTZMAN, Simon (1982). *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Editora Campus.

SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes (2008). Pesquisar com relevância. In *Revista das Ciências Militares (Coleção Meira Mattos)*. n. 17. Rio de Janeiro: Programa de Atualização dos Diplomados pela ECEME.

SILVA, Golbery do Couto e (1957). *Aspectos Geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex. edição atualizada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Golbery do Couto e (1955). *Pensamento Estratégico*. Rio de Janeiro: Bibliex. edição atualizada. Brasília: Editora UnB, 1981.

SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2003). *A política externa do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

SNYDER, Jack & MANSFIELD, Edward (1995). *Democratization and the Danger of War*. [em linha] International Security. v. 20, n. 1. [referência de 01 de abril de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.polsci.wvu.edu/faculty/hauser/PS368/MansfieldSnyderDemocDangerWarIS1995.pdf>

SPERONI, José Luis (2001). *La educación militar superior y su importancia en la construcción de la cultura institucional*. Washington: Center for Hemispheric Defense Studies.

STOPPINO, Mario (1983). *Poder*. In BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. edição brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

TELESCA, Eudimar Eudóxio (1979). *A balança de poder na América do Sul*. In Revista A Defesa Nacional. v. 684. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

TOSTA, Octávio (1984). *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

VAZ, Alcidez Costa (2002). *Desafios e questões de segurança nas relações do Brasil com os países andinos*. In *Defense and Security Challenges in the 21st Century*. [em linha] [referência de 06 de fevereiro de 2011]. Brasília: Research and Defense Education



Studies (REDES – 2002). Disponível na internet em: <http://www.seguridadregional-fes.org/cgi-bin/showdocs.asp?ISBN=0435>

VESENTINI, José William (2000). *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (2004). *O descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record.

VIDIGAL, Erick José Travassos (2010). *A Paz pelo Comércio Internacional*. São Paulo: Conceito Editorial.

WHITEHEAD, Lawrence (1993). *Dimensões internacionais da democratização: um levantamento*. In SOLA, Lourdes (organizadora). Estado, mercado e democracia. São Paulo: Paz e Terra.

WILSON, Dominc & STUPNYTSKA, Anna (2007). *Global Economics Paper No: 153 - The N-11: More Than an Acronym*. New York: Goldman Sachs Group.

WILSON, Ernest J. (2008). *Hard Power, Soft Power, Smart Power*. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, v. 616, n. 1, march 2008.

ZAVERUCHA, Jorge (2005). A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 25, p. 107-121, nov. 2005.

ZAVERUCHA, Jorge (1998). Sarney, Collor, Itamar, FHC e as Prerrogativas Militares (1985-1998). *Proceedings of XXI International Congress of the Latin American Studies Association* Illinois: Latin American Studies Association. [em linha]. [referência de 29 de março de 2011]. Disponível na internet em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Zaverucha.pdf>